



Prefeitura Municipal de Mallet

www.mallet.pr.gov.br  
mallet@mallet.pr.gov.br

## **Pregão Eletrônico nº 020/2026**

### **1. PREÂMBULO:**

O Município de Mallet, sua Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, através do protocolo nº 1084.016.00189.000000028/2026, com a devida autorização expedida pelo Senhor Pedro Kowalczyk, Prefeito Municipal, solicita ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 042, de 13 de março de 2025, publicada no Órgão Oficial de Imprensa do Município, a realização de licitação, a qual ocorrerá na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **menor preço** objetivando à **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços veterinários destinados à execução do Programa Municipal de Controle Populacional Ético de Cães e Gatos, destinados ao cumprimento da Lei Municipal nº 1.660/2025, conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência**, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

### **2. DADOS DO PROCESSO:**

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 08h00min de 13 de maio de 2026 até às 09h00min do dia 28 de maio de 2026

**ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** das 09h00min às 10h00min do dia 28 de maio de 2026.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 10h00min do dia 28 de maio de 2026.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF).

**LOCAL:** <https://bllcompras.com>.

### **3. OBJETO:**

3.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços veterinários destinados à



execução do Programa Municipal de Controle Populacional Ético de Cães e Gatos, os quais deverão ser realizados por médico veterinário legalmente habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, em conformidade com as normas técnicas e resoluções do Conselho Federal e do Conselho Regional de Medicina Veterinária, compreendendo a realização de procedimentos de esterilização cirúrgica por meio de orquiectomia em machos e ovariossalpingo-histerectomia em fêmeas, com implantação obrigatória de microchip de identificação individual, incluindo avaliação clínica pré-operatória, procedimentos anestésicos, acompanhamento pósoperatório imediato, medicação, retirada de suturas, transporte dos animais e atendimento ambulatorial de baixa complexidade, bem como a aquisição de microchips padrão ISO 11784/11785 com aplicador e leitor universal compatível, destinados ao cumprimento da Lei Municipal nº 1.660/2025, conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência.

- 3.2. A relação dos itens a serem licitados, seus descritivos completos, quantidades e valores máximos encontram-se no anexo I do presente edital.

#### **4. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

- 4.1. O Pregão, na forma eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases através do sistema pertencente à Bolsa de Licitações e Leilões (BLL).
- 4.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro do Município, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica <https://bllcompras.com>.

#### **5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:**

##### **5.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO AS EMPRESAS QUE ATENDEREM AOS SEGUINTE CRITÉRIOS:**

- 5.1.1. Sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste edital e seus anexos.
- 5.1.2. Apresentem toda a documentação exigida para respectivo cadastramento junto à BLL.



5.1.3. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à BLL para poder ter acesso ao processo e cadastrar sua proposta.

## **5.2. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DA LICITAÇÃO AS EMPRESAS QUE:**

- 5.2.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 5.2.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 5.2.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 5.2.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 5.2.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 5.2.6. Estejam sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação.
- 5.2.7. Tenham sido declaradas inidôneas por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.
- 5.2.8. Estejam cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal de Mallet/PR.
- 5.2.9. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 5.2.10. Mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.



- 5.2.11. Estejam registradas em nome de cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de servidor ocupante de cargo eletivo, diretivo ou comissionado lotado na Prefeitura Municipal de Mallet/PR. (Conforme prejulgado n.º 09 do TCE/PR, que interpreta a súmula vinculante n.º 13 do STF).
- 5.2.12. Se apresentarem na forma de consórcio ou grupo de empresas.
- 5.2.13. Pessoas físicas;
- 5.2.14. Controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

## 6. DA CONDUÇÃO DO PROCESSO:

- 6.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
  - 6.1.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
  - 6.1.2. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
  - 6.1.3. Abrir as propostas de preços;
  - 6.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
  - 6.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
  - 6.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
  - 6.1.7. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
  - 6.1.8. Declarar o vencedor;
  - 6.1.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
  - 6.1.10. Elaborar a ata da sessão;
  - 6.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
  - 6.1.12. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.



## 7. DO CREDENCIAMENTO AO SISTEMA BLL E DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME:

- 7.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, na forma eletrônica:
- 7.1.1. Credenciar-se previamente no sistema BLL, constante da página eletrônica <https://bllcompras.com>;
  - 7.1.2. Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta quando classificado em primeiro lugar e os documentos complementares;
  - 7.1.3. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema e do Município de Mallet por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
  - 7.1.4. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
  - 7.1.5. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
  - 7.1.6. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do certame na forma eletrônica; e
  - 7.1.7. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

## 8. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS:

- 8.1. A partir do horário previsto no edital e no sistema terá início a sessão pública do pregão com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas.
- 8.2. Para julgamento das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**,



observados os prazos e formas de prestação, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de qualidade e demais condições definidas neste edital.

- 8.3. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe que o licitante possui pleno conhecimento das exigências de habilitação previstas no edital e que está apto a atendê-las.
- 8.4. Na hipótese do licitante ser ME/EPP/MEI, será necessária a informação desse regime fiscal no campo próprio da ficha técnica sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/2006.
- 8.5. As propostas cadastradas no sistema deverão atender às seguintes diretrizes:
  - 8.5.1. Conter especificação completa do serviço oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua plena avaliação, conforme descrição constante do Anexo 01.
  - 8.5.2. Consignar, nos preços propostos, os custos, impostos, demais despesas e encargos inerentes à prestação dos serviços conforme cláusulas dispostas neste edital.
  - 8.5.3. A validade da proposta será de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data da sessão pública do pregão, independente de outro prazo que conste da proposta formulada.
- 8.6. Serão desclassificadas as propostas que:
  - 8.6.1. Possuam, em quaisquer dos documentos que porventura a acompanhem, informações que permitam a identificação da proponente, seja pelo Pregoeiro ou quaisquer concorrentes.
    - 8.6.1.1. Tais dados incluem, a título de exemplo, razão social, número do CNPJ, nome fantasia, etc.
    - 8.6.1.2. Na ocorrência desse fato, a proposta será desclassificada na fase de análise, antes do início da etapa de lances.
  - 8.6.2. Contiverem vícios insanáveis;
  - 8.6.3. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Anexo I do edital;
  - 8.6.4. Apresentarem preços inexequíveis ou que permaneçam acima do orçamento estimado para a contratação ao término da etapa de lances;
  - 8.6.5. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



- 8.6.6. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que se tratem de vícios insanáveis.
- 8.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

## 9. DA ETAPA DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO:

- 9.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.
- 9.2. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.5. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 9.6. Somente serão aceitos lances cujos valores sejam inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 9.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 9.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.9. As propostas não poderão conter valores superiores aos máximos fixados no edital e, não



havendo lances com valores iguais ou inferiores, serão desclassificadas e o lote declarado fracassado.

- 9.10. Fica a critério do Pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.
- 9.11. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.
- 9.12. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 9.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens 9.3 e 9.4, a etapa de lances do lote encerrar-se-á automaticamente.
- 9.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.15. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.
- 9.16. Nesse caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá negociar, pelo sistema eletrônico, diretamente com a proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, bem como, decidir sobre sua aceitação.
- 9.17. O sistema informará o autor da proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

## **10. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:**

- 10.1. Nas hipóteses de lotes destinados à ampla concorrência, caso o vencedor do lote não seja microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual e existam empresas beneficiárias do tratamento diferenciado com valor final até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço registrado, o Pregoeiro adotará o seguinte procedimento:
  - 10.1.1. O beneficiário do tratamento diferenciado e favorecido melhor classificado poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no



prazo máximo de 5 (cinco) minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

- 10.1.2. Na hipótese da não contratação de beneficiário de tratamento diferenciado e favorecido com base no item acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e
- 10.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos disposto no item 10.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.1.4. Não havendo interesse por parte do beneficiário em cobrir o melhor lance ofertado, o lote será adjudicado ao licitante originalmente vencedor.

## 11. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

- 11.1. Ocorrendo a condição de empate, serão aplicados os critérios estabelecido no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
  - 11.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - 11.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão utilizados registros cadastrais visando ao atesto do cumprimento de tais obrigações;
  - 11.1.3. Comprovação de desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, demonstrado documentalmente, conforme o caso, nos termos do art. 256 do Decreto Municipal nº 350/2022;
  - 11.1.4. Comprovação de desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, de acordo com as orientações dos órgãos de controle, demonstrado documentalmente, conforme o caso.
- 11.2. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos serviços prestados por:
  - 11.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;



- 11.2.2. Empresas brasileiras;
- 11.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 11.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 11.3. As condições acima previstas deverão ser informadas pela vencedora, via chat presente no sistema BLL, logo após o encerramento dos lances para que o Pregoeiro possa realizar o procedimento estabelecido nos itens 11.1 e seguintes.
- 11.4. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 11.5. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da situação elencada.
- 11.6. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 11.7. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

## 12. DA HABILITAÇÃO DA PROPONENTE VENCEDORA:

- 12.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro passará à conferência dos documentos de habilitação da vencedora.
- 12.2. Em conformidade com o disposto no art. 63, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a exigência de apresentação dos documentos de habilitação será exigida **APENAS DO LICITANTE VENCEDOR**, após o encerramento da fase de julgamento de propostas e lances, obedecendo a ordem de classificação.
- 12.3. Os documentos relativos à habilitação solicitados nos Anexos 02 (para todas as licitantes) e 06 (quando a empresa se enquadrar no regime ME/EPP) deverão ser anexados exclusivamente ao sistema, em campo próprio, ficando disponíveis para análise após o encerramento da etapa de lances.



- 12.4. Será considerada habilitada a proponente cuja documentação atenda plenamente aos requisitos previstos em edital.
- 12.5. Nesse caso, a proponente vencedora será convocada para apresentar a proposta adaptada ao lance final, a qual deverá ser anexada ao sistema através do botão “Documentos Complementares” presente na aba de documentos **no prazo de 02 (duas) horas após a convocação realizada pelo Pregoeiro.**
- 12.5.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 12.6. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 12.5, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:
- 12.6.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 12.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 12.6.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 12.6.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 12.7. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 12.8. A proposta, poderá ser confeccionada de acordo com o modelo disponibilizado no Anexo 3 deste edital e deverá estar assinada pelo representante legal citado nos documentos de habilitação.
- 12.8.1. Caso a proponente opte por utilizar modelo próprio, o mesmo deverá ser redigida obrigatoriamente em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas especialmente no que diz respeito aos preços e preferencialmente conterà a razão social, CNPJ, endereço completo, número de telefone, fax, número de agência e conta bancária.



- 12.9. Em caso de dúvida acerca da documentação anexada, o Pregoeiro poderá solicitar o envio dos originais ou cópias autenticadas dos mesmos. Nesse caso, estes deverão ser enviados **no prazo máximo de 03(três) dias úteis contados da solicitação do Pregoeiro**, endereçados ao Setor de Licitações, situado no prédio da Prefeitura Municipal de Mallet, localizado à Rua XV de Novembro, nº 28 – SE, Centro, em Mallet/PR, com encaminhamento do comprovante de envio via e-mail ao Pregoeiro em até 24 (vinte e quatro) horas após sua postagem.
- 12.10. Opcionalmente, a proponente poderá trazer pessoalmente os documentos de habilitação à sede da Prefeitura Municipal de Mallet devendo o protocolo dos mesmos, nesse caso ser realizado no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis contados da solicitação pelo Pregoeiro**.
- 12.11. Caso sejam solicitados os documentos originais pelo Pregoeiro, a sessão pública será suspensa, ou seja, permanecerá em fase de “habilitação” até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas nos itens 12.5 e 12.6.
- 12.12. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido acarretará inabilitação da mesma, bem como, implicará nas sanções previstas no item 14 deste edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente para o exercício do mesmo direito.
- 12.13. Se a proposta ou o lance de maior desconto não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital.
- 12.14. Caso o vencedor do item seja microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual e, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, as quais deverão ser anexadas ao sistema nesse mesmo prazo.
- 12.14.1. A ausência de convocação da proponente pelo Pregoeiro para a apresentação de qualquer documento não constitui motivo para prorrogação do prazo acima descrito.



- 12.15. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para assinatura do contrato ou revogar a licitação.
- 12.16. Em todos os casos, a declaração da condição de vencedor ao proponente habilitado somente ocorrerá após a verificação, pelo Pregoeiro, da inexistência de impedimento ou declaração de inidoneidade em nome da vencedora, o que ocorrerá mediante a emissão dos seguintes documentos:
- 12.16.1. Consulta consolidada de pessoas jurídicas impedidas de licitar e inidôneas, obtido junto ao sítio eletrônico do Tribunal de Contas da União (TCU) e;
- 12.16.2. Consulta de impedidos de licitar, obtido junto ao sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR).
- 12.17. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 12.18. Constatando o atendimento das exigências fixadas no edital e inexistindo interposição de recursos ou após a decisão acerca destes, o processo será encaminhado ao Prefeito Municipal para análise dos atos, adjudicação do objeto ao autor da melhor proposta e homologação do feito.
- 12.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 12.20. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão será suspensa e somente será reiniciada após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (chat) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS:**

- 13.1. Não serão conhecidos impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal ou em desrespeito aos trâmites descritos neste edital, bem como subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.



- 13.2. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas qualquer interessado poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório.
- 13.3. Eventuais pedidos de impugnação ou esclarecimentos poderão ser impetrados e encaminhados através da plataforma BLL (<https://bllcompras.com>), através do e-mail do Setor de Licitação ([licitamallet@hotmail.com](mailto:licitamallet@hotmail.com)), do protocolo online ([https://mallet.pr.gov.br/pagina/412\\_Protocolo-online.html](https://mallet.pr.gov.br/pagina/412_Protocolo-online.html)), ou presencialmente junto ao Setor de Protocolo, no endereço Rua XV de Novembro, 28SE, Centro, neste município, sendo este último vinculado ao expediente dele (das 08h às 12h e das 13h às 17h).
- 13.4. O pregoeiro emitirá sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, procedendo aos encaminhamentos necessários.
- 13.5. Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, através do seu representante, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões.
- 13.6. Caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 13.7. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 13.8. Uma vez admitido o recurso, a recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões através do sistema eletrônico.
- 13.9. Os demais licitantes ficam, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias úteis, que começarão a contar da divulgação da interposição do recurso pela recorrente.
- 13.10. Em ambos os casos, fica assegurada aos licitantes vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.11. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.
- 13.12. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 13.13. Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo.
- 13.14. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



- 13.15. O Pregoeiro terá o prazo de 03 (três) dias úteis para análise e decisão acerca dos recursos apresentados realizando as diligências que se fizerem necessárias.
- 13.16. Em caso de manutenção da decisão inicial, o Pregoeiro fará subir o recurso para que o mesmo seja decidido, de forma definitiva, pelo Prefeito Municipal no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

#### **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- 14.1. As obrigações da contratada são as constantes do Item 7. do Termo de Referência, parte indissociável do presente edital.

#### **15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

- 15.1. A gestão e fiscalização do contrato são as constantes do Item 13. do Termo de Referência, e da Cláusula XIV da Minuta do Contrato, partes indissociáveis do presente edital.

#### **16. DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO:**

- 16.1. O pagamento será efetuado após a entrega das Notas Fiscais ao Setor de Compras da Contratante, sito à Rua XV de Novembro, nº 28 – SE, Centro, em Mallet/PR, e a constatação de que a entrega está de acordo com o solicitado na nota de empenho e no Contrato, no tocante à quantidade, especificações e demais elementos contratuais.
- 16.2. O pagamento será efetuado através de depósito bancário em nome da Contratada.
- 16.2.1. O número da conta deverá ser fornecido ao Setor de Compras da Contratante no ato da entrega da Nota Fiscal.
- 16.2.2. A nota fiscal deverá ser do tipo eletrônica NF-e, modelo 55.
- 16.3. A nota fiscal deverá vir acompanhada das seguintes comprovações:
- 16.3.1. Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais relativas ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, acompanhado da relação dos empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, quando se tratar de mão de obra



diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados/fixos ou temporários/variáveis quando couber;

16.3.2. Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração, conforme estabelecido no instrumento contratual; e

16.3.3. Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração, inclusive dos documentos elencados no art. 282 do Decreto Municipal nº 350/2022, e conforme estabelecido no instrumento contratual.

16.4. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidirá sobre o valor global deste contrato, de acordo com o art. 184 do Código Tributário Municipal, sendo descontado quando da realização dos pagamentos efetuados à Contratada.

16.5. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal por parte do setor de Compras da Contratante.

16.6. A CONTRATADA deverá, durante toda a vigência do Contrato, manter em dia as negativas referentes aos tributos federais e ao FGTS.

16.7. O pagamento das Notas Fiscais recebidas pela Contratante ficará condicionado à emissão desses dois comprovantes.

16.8. Caso não seja possível, através da emissão dos mesmos, comprovar a regularidade fiscal, o pagamento não poderá ser realizado e a Contratada será notificada visando regularizar sua situação.

## 17. DO REAJUSTE:

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, 05/03/2026.

17.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3. O direito a que se refere o item anterior deverá ser efetivamente exercido mediante pedido



formal da CONTRATADA até 180 dias após o atingimento do lapso de 12 meses a que se refere o caput desta cláusula sob pena de preclusão do direito ao seu exercício.

- 17.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 17.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 17.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 17.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 17.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 17.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **18. DAS SANÇÕES PARA OS CASOS DE INADIMPLEMENTO:**

- 18.1. Para fins de aplicação das sanções contratuais, segue a definição dos termos utilizados:
  - 18.1.1. Execução irregular: entende-se por execução irregular do contrato aquela que, apesar de não representar prejuízo à Administração, não pode ser enquadrada como situação de cumprimento normal das cláusulas avençadas.
  - 18.1.2. Inexecução parcial: caracterizada pela entrega do material/equipamento fora do prazo inicial pactuado, mas ainda dentro do prazo de mora concedido pela Administração sendo considerados, portanto, atrasos toleráveis.
  - 18.1.3. Inexecução total: ocorre quando a contratada deixa de entregar o material/equipamento no prazo inicialmente pactuado e, descumpre, ainda, o prazo de mora concedido pela Administração.
- 18.2. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
  - 18.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - 18.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- 18.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 18.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 18.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 18.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 18.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 18.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 18.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 18.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 18.2.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do processo, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 18.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 18.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
  - 18.3.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021);
  - 18.3.2. Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Poder Executivo do Município de Mallet/PR, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das faltas previstas nos subitens 12.2.2 a 12.2.7 do Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);
  - 18.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.2.8 a 12.2.12, bem como, nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
  - 18.3.4. Multa.



18.4. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

18.4.1. Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;

18.4.2. Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

18.4.2.1.M1 = multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;

18.4.2.2.M2 = multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

18.4.2.3.M3 = multa de 1,0% (um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.

18.4.3. Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

18.4.3.1.G1 = multa de 1,5% (zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

18.4.3.2.G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

18.5. O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

ITEM	CONDUTAS	OCORRÊNCIA E REINCIDÊNCIA					
		GRAU DE SEVERDADE					
		LEVE	MODERADO			GRAVE	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
01	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
02	O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos	-	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez



03	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
04	Atraso injustificado do início da execução do contrato de prestação de serviço ou de fornecimento de bens	-	1ª vez	-	-	-	-
05	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
06	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa	-	-	-	-	-	1ª vez
07	Agir em desconformidade legal na relação contratual	-	-	-	-	-	1ª vez
08	Abandonar a execução do contrato	-	-	-	-	-	1ª vez
09	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato	-	-	-	-	-	1ª vez
10	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
11	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência e/ou contrato	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
12	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez



- 18.6. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.
- 18.7. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dia letivo em que houve a ocorrência da conduta infratora.
- 18.8. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.
- 18.9. No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, fica facultado ao Município rescindir unilateralmente o contrato.
- 18.10. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada.
- 18.11. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento mensal devido à CONTRATADA.
- 18.12. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
- 18.13. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 18.14. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.
- 18.15. A aplicação de multas de graus G1 e G2 poderá ser acompanhada das seguintes sanções:
  - 18.15.1. impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
  - 18.15.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação e ressarcimento dos prejuízos resultantes, respeitado o limite máximo de 5 (cinco) anos.
- 18.16. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 18.17. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 18.18. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 18.19. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a



- diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 18.20. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 18.21. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 18.22. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 18.22.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 18.22.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 18.22.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 18.22.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
  - 18.22.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 18.23. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 18.24. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 18.25. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 18.26. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21..



18.27. A aplicação das sanções de que trata o presente item será processada nos termos do Decreto Municipal nº 264/2022.

## 19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 19.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Mallet revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.
- 19.2. É admitida qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei, dispensada a assinatura de testemunhas quando sua integridade for conferida por provedor de assinatura, conforme art. 784 da Lei Federal nº 13.105/2015.
- 19.3. A Administração poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
- 19.4. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 19.5. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 19.6. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 19.7. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 19.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.



- 19.10. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas exclusivamente via chat disponível no sistema BLL.
- 19.11. Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo Pregoeiro.
- 19.12. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste edital.
- 19.13. Não cabe ao Município ou à BLL qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.
- 19.14. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Mallet, Estado do Paraná, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro.
- 19.15. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 19.16. O Pregoeiro poderá, justificadamente, estabelecer nova data e hora para a disputa dos lances, fato que será informado aos participantes exclusivamente via sistema.
- 19.17. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.
- 19.18. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.
- 19.19. As condições estabelecidas no edital e seus anexos vinculam as partes.

## **20. DOS ANEXOS:**

- 20.1. Compõem o presente edital os seguintes anexos:
- 20.1.1. Objeto e preço máximo admitido pela Administração.
- 20.1.2. Exigências para habilitação.
- 20.1.3. Modelo de proposta comercial final.



Prefeitura Municipal de Mallet

www.mallet.pr.gov.br  
mallet@mallet.pr.gov.br

- 20.1.4. Modelo de declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 20.1.5. Modelo de declaração unificada.
- 20.1.6. Modelo de declaração que enquadramento no regime de ME ou EPP.
- 20.1.7. Minuta do Contrato.
- 20.1.8. Termo de Referência.

Prefeitura Municipal de Mallet, 12 de maio de 2026.

**Felipe Zolondek**  
**Pregoeiro Oficial**

**ANEXO I – DO OBJETO E PREÇO MÁXIMO ADMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO**

Lote	Item	Descrição	Qtd.	RS Unit.	RS total
	1	Prestação de serviços de avaliação clínica e orientação dos cuidados pré cirúrgicos (alimentação, jejum, higiene, etc); castração para cachorro macho de até 10 kg pela técnica de cirurgia de orquiectomia e implantação de microchip (feito de um microchip eletrônico EM 4305 - gravado em silício contendo um código numérico único - e uma mola que serve de antena. Envolto numa cápsula de biovidro cilíndrica feita de biovidro altamente resistente, biocompatível, que se fixam ao tecido animal impossibilitando sua migração - camada antimigratória Parylene C - pelo organismo. Seu tamanho é de aproximadamente 2,12 X 12 mm, por conseguinte perfeitamente tolerável pelo animal. Deverá atender às normas ISO 11784, ISO 11785 e NBR 4766 ou outras que as substituam, ser estéril, revestido de camada antimigratória e lido por leitor universal), através de procedimentos anestésicos realizados exclusivamente por médicos veterinários; acompanhamento pós-cirúrgico incluindo medicação antimicrobiana e analgésica, realização de curativos e retirada de pontos e/ou suturas da ferida cirúrgica, transporte do animal até a clínica e retorno até o município. CATSER: 30193	05	296,17	1.480,85
	2	Prestação de serviços de avaliação clínica e orientação dos cuidados pré cirúrgicos (alimentação, jejum, higiene, etc); castração para cachorro macho de 11 Kg até 20 kg pela técnica de cirurgia de orquiectomia e implantação de microchip (feito de um microchip eletrônico EM 4305 - gravado em silício contendo um código numérico único - e uma mola que serve de antena. Envolto numa cápsula de biovidro cilíndrica feita de biovidro altamente resistente, biocompatível, que se fixam ao tecido animal impossibilitando sua migração - camada antimigratória Parylene C - pelo organismo. Seu tamanho é de aproximadamente 2,12 X 12 mm, por conseguinte perfeitamente tolerável pelo animal. Deverá atender às normas ISO 11784, ISO 11785 e NBR 4766 ou outras que as substituam, ser estéril, revestido de camada antimigratória e lido por leitor universal), através de procedimentos anestésicos realizados exclusivamente por médicos veterinários; acompanhamento pós-cirúrgico incluindo medicação antimicrobiana e analgésica, realização de	10	373,21	3.732,10



1		curativos e retirada de pontos e/ou suturas da ferida cirúrgica, transporte do animal até a clínica e retorno até o município. CATSER: 30193			
	3	Prestação de serviços de avaliação clínica e orientação dos cuidados pré cirúrgicos (alimentação, jejum, higiene, etc); castração para cachorro macho de 21 Kg até 30 kg pela técnica de cirurgia de orquiectomia e implantação de microchip (feito de um microchip eletrônico EM 4305 - gravado em silício contendo um código numérico único - e uma mola que serve de antena. Envolto numa cápsula de biovidro cilíndrica feita de biovidro altamente resistente, biocompatível, que se fixam ao tecido animal impossibilitando sua migração - camada antimigratória Parylene C - pelo organismo. Seu tamanho é de aproximadamente 2,12 X 12 mm, por conseguinte perfeitamente tolerável pelo animal. Deverá atender às normas ISO 11784, ISO 11785 e NBR 4766 ou outras que as substituam, ser estéril, revestido de camada antimigratória e lido por leitor universal), através de procedimentos anestésicos realizados exclusivamente por médicos veterinários; acompanhamento pós-cirúrgico incluindo medicação antimicrobiana e analgésica, realização de curativos e retirada de pontos e/ou suturas da ferida cirúrgica, transporte do animal até a clínica e retorno até o município. CATSER: 30193	10	507,78	5.077,8
	4	Prestação de serviços de avaliação clínica e orientação dos cuidados pré cirúrgicos (alimentação, jejum, higiene, etc); castração para cachorro macho acima de 31 Kg pela técnica de cirurgia de orquiectomia e implantação de microchip (feito de um microchip eletrônico EM 4305 - gravado em silício contendo um código numérico único - e uma mola que serve de antena. Envolto numa cápsula de biovidro cilíndrica feita de biovidro altamente resistente, biocompatível, que se fixam ao tecido animal impossibilitando sua migração - camada antimigratória Parylene C - pelo organismo. Seu tamanho é de aproximadamente 2,12 X 12 mm, por conseguinte perfeitamente tolerável pelo animal. Deverá atender às normas ISO 11784, ISO 11785 e NBR 4766 ou outras que as substituam, ser estéril, revestido de camada antimigratória e lido por leitor universal), através de procedimentos anestésicos realizados exclusivamente por médicos veterinários; acompanhamento pós-cirúrgico incluindo medicação antimicrobiana e analgésica, realização de curativos e retirada de pontos e/ou suturas da ferida cirúrgica, transporte do animal até a clínica e retorno até o município. CATSER: 30193	05	462,66	2.313,30
		Prestação de serviços de avaliação clínica e orientação dos	20	389,38	7.787,60



5	<p>cuidados pré cirúrgicos (alimentação, jejum, higiene, etc); castração para cadela fêmea de até 10 kg, pela técnica de cirurgia de ovário-salpingo-histerectomia e implantação de microchip (feito de um microchip eletrônico EM 4305 - gravado em silício contendo um código numérico único - e uma mola que serve de antena. Envoltos numa cápsula de biovidro cilíndrica feita de biovidro altamente resistente, biocompatível, que se fixam ao tecido animal impossibilitando sua migração - camada antimigratória Parylene C - pelo organismo. Seu tamanho é de aproximadamente 2,12 X 12 mm, por conseguinte perfeitamente tolerável pelo animal. Deverá atender às normas ISO 11784, ISO 11785 e NBR 4766 ou outras que as substituam, ser estéril, revestido de camada antimigratória e lido por leitor universal), através de procedimentos anestésicos realizados exclusivamente por médicos veterinários; acompanhamento pós-cirúrgico incluindo medicação antimicrobiana e analgésica, realização de curativos e retirada de pontos e/ou suturas da ferida cirúrgica, transporte do animal até a clínica e retorno até o município. CATSER: 30193</p>			
6	<p>Prestação de serviços de avaliação clínica e orientação dos cuidados pré cirúrgicos (alimentação, jejum, higiene, etc); castração para cadela fêmea de 11 Kg até 20 kg, pela técnica de cirurgia de ovário-salpingo-histerectomia e implantação de microchip (feito de um microchip eletrônico EM 4305 - gravado em silício contendo um código numérico único - e uma mola que serve de antena. Envoltos numa cápsula de biovidro cilíndrica feita de biovidro altamente resistente, biocompatível, que se fixam ao tecido animal impossibilitando sua migração - camada antimigratória Parylene C - pelo organismo. Seu tamanho é de aproximadamente 2,12 X 12 mm, por conseguinte perfeitamente tolerável pelo animal. Deverá atender às normas ISO 11784, ISO 11785 e NBR 4766 ou outras que as substituam, ser estéril, revestido de camada antimigratória e lido por leitor universal), através de procedimentos anestésicos realizados exclusivamente por médicos veterinários; acompanhamento pós-cirúrgico incluindo medicação antimicrobiana e analgésica, realização de curativos e retirada de pontos e/ou suturas da ferida cirúrgica, transporte do animal até a clínica e retorno até o município. CATSER: 30193</p>	30	465,61	13.968,30
7	<p>Prestação de serviços de avaliação clínica e orientação dos cuidados pré cirúrgicos (alimentação, jejum, higiene, etc); castração para cadela fêmea de 21 Kg até 30 kg, pela técnica de cirurgia de ovário-salpingo-histerectomia e implantação de microchip (feito de um microchip eletrônico EM 4305 -</p>	30	671,52	20.145,60



		gravado em silício contendo um código numérico único - e uma mola que serve de antena. Envoltos numa cápsula de biovidro cilíndrica feita de biovidro altamente resistente, biocompatível, que se fixam ao tecido animal impossibilitando sua migração - camada antimigratória Parylene C - pelo organismo. Seu tamanho é de aproximadamente 2,12 X 12 mm, por conseguinte perfeitamente tolerável pelo animal. Deverá atender às normas ISO 11784, ISO 11785 e NBR 4766 ou outras que as substituam, ser estéril, revestido de camada antimigratória e lido por leitor universal), através de procedimentos anestésicos realizados exclusivamente por médicos veterinários; acompanhamento pós-cirúrgico incluindo medicação antimicrobiana e analgésica, realização de curativos e retirada de pontos e/ou suturas da ferida cirúrgica, transporte do animal até a clínica e retorno até o município. CATSER: 30193			
8		Prestação de serviços de avaliação clínica e orientação dos cuidados pré cirúrgicos (alimentação, jejum, higiene, etc); castração para cadela fêmea acima de 31 kg, pela técnica de cirurgia de ováriosalpingo-histerectomia e implantação de microchip (feito de um microchip eletrônico EM 4305 - gravado em silício contendo um código numérico único - e uma mola que serve de antena. Envoltos numa cápsula de biovidro cilíndrica feita de biovidro altamente resistente, biocompatível, que se fixam ao tecido animal impossibilitando sua migração - camada antimigratória Parylene C - pelo organismo. Seu tamanho é de aproximadamente 2,12 X 12 mm, por conseguinte perfeitamente tolerável pelo animal. Deverá atender às normas ISO 11784, ISO 11785 e NBR 4766 ou outras que as substituam, ser estéril, revestido de camada antimigratória e lido por leitor universal), através de procedimentos anestésicos realizados exclusivamente por médicos veterinários; acompanhamento pós-cirúrgico incluindo medicação antimicrobiana e analgésica, realização de curativos e retirada de pontos e/ou suturas da ferida cirúrgica, transporte do animal até a clínica e retorno até o município. CATSER: 30193	20	535,27	10.705,40
9		Prestação de serviços de avaliação clínica e orientação dos cuidados pré cirúrgicos (alimentação, jejum, higiene, etc); castração para gatos (machos), pela técnica de cirurgia de orquiectomia e implantação de microchip (feito de um microchip eletrônico EM 4305 - gravado em silício contendo um código numérico único - e uma mola que serve de antena. Envoltos numa cápsula de biovidro cilíndrica feita de biovidro altamente resistente, biocompatível, que se fixam ao tecido animal impossibilitando sua migração - camada	05	200,37	1.001,85



		antimigratória Parylene C - pelo organismo. Seu tamanho é de aproximadamente 2,12 X 12 mm, por conseguinte perfeitamente tolerável pelo animal. Deverá atender às normas ISO 11784, ISO 11785 e NBR 4766 ou outras que as substituam, ser estéril, revestido de camada antimigratória e lido por leitor universal), através de procedimentos anestésicos realizados exclusivamente por médicos veterinários; acompanhamento pós-cirúrgico incluindo medicação antimicrobiana e analgésica, realização de curativos e retirada de pontos e/ou suturas da ferida cirúrgica, transporte do animal até a clínica e retorno até o município. CATSER: 30193			
10		Prestação de serviços de avaliação clínica e orientação dos cuidados pré cirúrgicos (alimentação, jejum, higiene, etc); castração para gatos (fêmeas), pela técnica de cirurgia de ovárioossalpingo-histerectomia e implantação de microchip (feito de um microchip eletrônico EM 4305 - gravado em silício contendo um código numérico único - e uma mola que serve de antena. Envoltos numa cápsula de biovidro cilíndrica feita de biovidro altamente resistente, biocompatível, que se fixam ao tecido animal impossibilitando sua migração - camada antimigratória Parylene C - pelo organismo. Seu tamanho é de aproximadamente 2,12 X 12 mm, por conseguinte perfeitamente tolerável pelo animal. Deverá atender às normas ISO 11784, ISO 11785 e NBR 4766 ou outras que as substituam, ser estéril, revestido de camada antimigratória e lido por leitor universal), através de procedimentos anestésicos realizados exclusivamente por médicos veterinários; acompanhamento pós-cirúrgico incluindo medicação antimicrobiana e analgésica, realização de curativos e retirada de pontos e/ou suturas da ferida cirúrgica, transporte do animal até a clínica e retorno até o município. CATSER: 30193	15	255,50	3.832,50
11		Atendimento Ambulatorial - procedimentos ambulatoriais de baixa complexidade como procedimento de retirada de miíases ou retirada de espinhos de ouriço, limpeza de feridas e curativos não incluindo internação prolongada ou procedimentos cirúrgicos de alta complexidade. CATSER: 14001	20	200,20	4.004,00



<b>2</b>	12	TRANSPONDER COM APLICADOR - feito de um microchip eletrônico EM 4305 (gravado em silício contendo um código numérico único) e uma mola que serve de antena. Envoltório numa cápsula de biovidro cilíndrica feita de biovidro altamente resistente, biocompatível, que se fixam ao tecido animal impossibilitando sua migração (camada antimigratória Parylene C) pelo organismo. Seu tamanho é de aproximadamente 2,12 X 12 mm, por conseguinte perfeitamente tolerável pelo animal. Deverá atender às normas ISO 11784, ISO 11785 e NBR 4766 ou outras que as substituam, ser estéril, revestido de camada antimigratória e lido por leitor universal. O produto também deverá conter os componentes descritos em etiquetas autocolantes, com código de barras anexo à embalagem, número do lote e validade de esterilização do transponder. O transponder deverá ser fornecido acompanhado de aplicador (fornecido em embalagem individual e descartável), correspondendo um aplicador para cada transponder. O aplicador consiste em uma seringa que contém uma agulha descartável de dimensões apropriadas, com vareta de isolamento que atua como barreira de esterilização entre o transponder e o aplicador. CATMAT: 480907	500	6,29	3.145,00
<b>3</b>	13	LEITOR UNIVERSAL - Deve possibilitar a leitura de todos os tipos de microchips existentes atualmente no mercado. Pode ser utilizado em várias espécies animais. O transponder é ativado usando a energia pelo leitor (conhecida pela técnica de indução). Padrão FDX-B – ISSO 11784/11785. CATMAT: 609768	1	332,46	332,46
<b>TOTAL</b>					<b>77.526,76</b>

Em caso de divergência existente entre as quantidades e especificações dos itens que compõem o objeto descrito no site da BLL e as especificações constantes deste Termo, prevalecerão as últimas.



## 1. ANEXO 02 - EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

A proponente deverá anexar ao sistema, em campo próprio, os seguintes documentos de habilitação:

### 1.1. **Habilitação jurídica:**

- 1.1.1. **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 1.1.2. **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 1.1.3. **REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO**, no caso de firmas individuais.

### 1.2. **Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- 1.2.1. **COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ;**
- 1.2.2. **INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES ESTADUAL E/OU MUNICIPAL** se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 1.2.3. **CERTIDÃO NEGATIVA OU POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS;**
- 1.2.4. **CERTIDÃO NEGATIVA OU POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS;**
- 1.2.5. **CERTIDÃO NEGATIVA OU POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS;**
- 1.2.6. **CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO COM O FGTS (CRS/FGTS).**
- 1.2.7. **CERTIDÃO NEGATIVA OU POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT).**

### 1.3. **Qualificação Técnica:**



- 1.3.1. **DECLARAÇÃO** formal da licitante, sob pena de lei, de que dispõe de estrutura física, instalações, equipamentos e aparelhagem compatíveis com a execução dos serviços veterinários objeto desta contratação, incluindo procedimentos de esterilização cirúrgica, implantação de microchip de identificação eletrônica, atendimento ambulatorial e acompanhamento pós-operatório. Os serviços deverão ser executados em estabelecimento médico-veterinário devidamente regularizado, apto à realização de procedimentos cirúrgicos, em conformidade com as normas do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), especialmente a Resolução CFMV nº 1275/2019, bem como com as normas do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná (CRMV-PR) e legislação sanitária vigente;
- 1.3.2. **LICENÇA SANITÁRIA ESTADUAL E/OU MUNICIPAL**, dentro do prazo de validade;
- 1.3.3. **COMPROVAÇÃO DE REGISTRO DA EMPRESA** na entidade profissional competente, por meio do Certificado de Registro junto ao CRMV, emitido por meio do sistema oficial (SISCAD/CFMV);
- 1.3.4. **COMPROVAÇÃO DE REGISTRO DO TÉCNICO RESPONSÁVEL** na entidade profissional competente, por meio de apresentação de cópia da cédula profissional do médico veterinário responsável técnico, Anotação de Responsabilidade Técnica vigente;
- 1.3.5. **DECLARAÇÃO** de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 1.3.6. **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado para comprovar a prestação de serviço ou entrega de materiais/equipamentos, informando, sempre que possível, se foram cumpridas as obrigações e os prazos de execução, e ainda a qualidade dos serviços prestados ou materiais/equipamentos entregues;

#### 1.4. **Qualificação econômico-financeira:**

- 1.4.1. **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL** expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica.



1.4.2. **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS 2 (DOIS) ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS**, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira do licitante sendo, de acordo com o porte, os seguintes:

1.4.3. **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS PARA SOCIEDADES ANÔNIMAS:**

1.4.3.1. Balanço patrimonial – BP, com coluna comparativa do exercício anterior;

1.4.3.2. Demonstração do resultado do período - DRE;

1.4.3.3. Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados – DLPA ou Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL;

1.4.3.4. Demonstração dos fluxos de caixa do período - DFC;

1.4.3.5. Demonstração do valor adicionado do período – DVA;

1.4.3.6. Notas explicativas - NE, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas;

1.4.4. **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

1.4.4.1. Balanço patrimonial – BP, de cada exercício, com coluna comparativa ao exercício anterior;

1.4.4.2. Demonstração do resultado do exercício - DRE;

1.4.4.3. Se optarem pelo Lucro Real, devem cumprir as exigências como Sociedade Anônimas – S.A, descritas no item 1.4.3;

1.4.5. **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS PARA SOCIEDADES LIMITADAS:**

1.4.5.1. Balanço patrimonial – BP com coluna comparativa do exercício anterior;

1.4.5.2. Notas explicativas - NE, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas;

1.4.5.3. Demonstração do resultado do exercício - DRE;

1.4.5.4. Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados – DLPA ou



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL;

1.4.5.5. Demonstração dos fluxos de caixa do período – DFC, se optarem pelo Lucro Real e/ou apresentarem receita bruta anual superior a 240 milhões.

**1.4.6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) – Fundamento legal no Acórdão nº 2586/2024 – Plenário – Tribunal de Contas da União:**

1.4.6.1. Balanço patrimonial – BP, de cada exercício, com coluna comparativa ao exercício anterior;

1.4.6.2. Demonstração do resultado do exercício - DRE;

**1.4.7. TODAS AS EMPRESAS, INDEPENDENTEMENTE DO PORTE,** deverão apresentar demonstrações contábeis **DEVIDAMENTE CALCULADAS PELA PROPONENTE** relativas à:

1.4.7.1. **Liquidez geral:** deverá ser igual ou superior a 1,0 (um) e será obtida através da seguinte fórmula:  $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$ .

1.4.7.2. **Liquidez corrente:** deverá ser igual ou superior a 1,0 (um) e será obtida através da seguinte fórmula:  $LC = (AC / PC)$ .

1.4.7.3. **Solvência geral:** deverá ser igual ou maior que 1,0 (um) e será obtida através da seguinte fórmula:  $SG = AT / (PC + ELP)$ .

1.4.8. As demonstrações acima descritas poderão ser substituídas por declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento, pelo licitante, dos índices econômicos previstos no edital.

1.4.8.1. Não serão reconhecidos como válidos os documentos assinados isoladamente por certificado digital da empresa ou de seus representantes legais.

1.4.8.2. Durante a verificação das condições de habilitação, é facultado ao Pregoeiro realizar diligências a fim de atestar a adequação dos valores apresentados nas demonstrações com os índices contábeis fornecidos pela proponente.

1.4.8.3. Não sendo possível atestar que a empresa possui índices contábeis compatíveis com o disposto no item 1.4.7, a mesma será desclassificada.

1.4.9. São consideradas empresas ME/EPP para fins deste edital, as entidades empresariais com receita bruta até R\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) por ano.

1.4.10. O microempendedor individual (MEI) deverá apresentar todos os documentos de



habilitação econômico-financeira exigidas no item 1.4.6.

1.4.11. Caso a empresa realize sua escrituração contábil pelo sistema do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), deverão ser emitidos os documentos na forma eletrônica devidamente acompanhados do recibo de entrega, termo de abertura e encerramento, de acordo com o inciso I do art. 69º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

1.4.12. Caso a empresa tenha sido constituída há menos de 02 (dois) anos, os documentos elencados no item 1.3.2 limitar-se-ão ao último exercício financeiro.

## 1.5. DECLARAÇÕES:

1.5.1. **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (Anexo IV)**, assinada por representante legal da proponente, declarando que não possui, em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27 de outubro de 1999, bem como, ao art. 68, VI da Lei Federal nº 14.133 de 01º de abril de 2021.

1.5.2. **DECLARAÇÃO UNIFICADA (Anexo V)**, assinada por representante legal da proponente, de que:

1.5.2.1. Não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;

1.5.2.2. Não há superveniência de fato impeditivo para a habilitação da proponente, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores à sessão;

1.5.2.3. Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, servidor da Administração Municipal de Mallet.

1.5.2.4. Não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

1.5.2.5. Atende aos requisitos de habilitação, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.



1.5.2.6. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas na legislação atinente à matéria.

1.5.2.7. Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

1.5.3. **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE ME OU EPP (Anexo VI)**, caso se enquadrar nas definições de ME/EPP, acompanhada da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial.

## 2. DAS CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO:

- 2.1. Todas as certidões apresentadas deverão estar dentro do prazo de validade.
- 2.1.1. Na falta de validade expressa nas certidões, somente serão consideradas válidas aquelas emitidas há, no máximo, **90 (noventa) dias da data da sessão**.
- 2.1.2. A validade expressa das certidões no item 2.1.1 não se aplica ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e à Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, conforme art. 68, incisos I e II da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 2.2. As declarações assinadas digitalmente terão valor de originais, nos termos da Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.
- 2.3. Os documentos listados acima poderão ser substituídos por Certificado de Registro Cadastral emitido pela Prefeitura de Mallet ou outro órgão público ou diretamente no SICAF, onde constem as certidões negativas e respectivo prazo de vigência.
- 2.4. Caso existam certidões vencidas no Certificado, a proponente deverá anexar, juntamente com este, as certidões válidas.
- 2.5. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda em cópia simples, a ser autenticada pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio, mediante conferência com os originais, não sendo aceito qualquer documento em papel termossensível (fac-símile).
- 2.5.1. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.
- 2.6. O Pregoeiro reserva-se ao direito de solicitar das licitantes, a qualquer tempo no curso da licitação, esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para



Prefeitura Municipal de Mallet

www.mallet.pr.gov.br  
mallet@mallet.pr.gov.br

atendimento.

- 2.7. Constada a ausência de quaisquer dos documentos exigidos no edital, o Pregoeiro poderá conceder, ao licitante vencedor, prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.
- 2.8. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ referindo-se ao local da sede da empresa licitante.
- 2.9. Não serão aceitos documentos quando alguns se referirem à matriz e outros à filial, com exceção daqueles que por lei forem emitidos desta forma.



Prefeitura Municipal de Mallet

www.mallet.pr.gov.br  
mallet@mallet.pr.gov.br

## **ANEXO 03 - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)**

### **PREGÃO ELETRÔNICO nº 020/2026**

Apresentamos nossa proposta para a prestação dos serviços objeto do Pregão Eletrônico nº 020/2026 acatando todas as condições consignadas no edital e seus respectivos anexos.

**IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:**

**RAZÃO SOCIAL:**

**ENDEREÇO e TELEFONE:**

**CNPJ:**

**AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:**

**REPRESENTANTE e CARGO:**

**CPF:**

**PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)**

Deverá ser cotado preço unitário de acordo com o Anexo 01 do edital.

**CONDIÇÕES GERAIS**

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL**

**90 (noventa) dias** contados a partir da data da sessão pública do pregão.

**LOCAL E DATA**

**NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**

**OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ A DECISÃO.**

39



Prefeitura Municipal de Mallet

www.mallet.pr.gov.br  
mallet@mallet.pr.gov.br

## **ANEXO 04 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026**

### **DECLARAÇÃO**

A proponente (Razão Social), CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_, sediada (Endereço Completo), declara que não possui, em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27 de outubro de 1999, bem como, ao art. 68, VI da Lei Federal nº 14.133 de 01º de abril de 2021.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(Local e Data)

(Nome e CPF do Declarante)

40

OBS: Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



## ANEXO 05 - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026

#### DECLARAÇÃO

A proponente (Razão Social), CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_, sediada (Endereço Completo) declara, sob as penas da lei, que:

- a) Não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;
- b) Não há superveniência de fato impeditivo para sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores à sessão;
- c) Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, servidor da Administração Municipal de Mallet.
- d) Não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- e) Atende aos requisitos de habilitação, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas na legislação atinente à matéria.
- g) Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

(Local e Data)

(Nome e CPF do Declarante)



Prefeitura Municipal de Mallet

www.mallet.pr.gov.br  
mallet@mallet.pr.gov.br

## **ANEXO 06 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE ME OU EPP**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026**

#### **DECLARAÇÃO**

A proponente (Razão Social), CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, sediada (endereço completo) declara para todos os fins de direito, especificamente para participação do Pregão Eletrônico 020/2026, que está enquadrada no regime de ME/EPP, para efeito do disposto na LC 123/2006.

Ademais, declara que, no presente ano-calendário, não possui contratos celebrados com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

(Local e Data)

(Nome e CPF do Declarante)

42

OBS: Essa declaração deverá ser preenchida apenas pelas empresas que se enquadram no regime de ME ou EPP.



## ANEXO 07 – MINUTA DO CONTRATO

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE MALLET E A EMPRESA \_\_\_\_\_

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços, de um lado o **MUNICÍPIO DE MALLET**, Estado do Paraná, CNPJ: 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Pedro Kowalczyk**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa \_\_\_\_\_ CNPJ \_\_\_\_\_, domiciliada à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_, estado \_\_\_\_\_, representada pelo Sócio Responsável, senhor \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, residente à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_, estado \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA** e de acordo com a Lei Federal 14.133/2021 e edital de Pregão Eletrônico 020/2026, têm justo e contratado nos termos a seguir:

43

### 1. DO OBJETO:

- 1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços veterinários destinados à execução do Programa Municipal de Controle Populacional Ético de Cães e Gatos, os quais deverão ser realizados por médico veterinário legalmente habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, em conformidade com as normas técnicas e resoluções do Conselho Federal e do Conselho Regional de Medicina Veterinária, compreendendo a realização de procedimentos de esterilização cirúrgica por meio de orquiectomia em machos e ovarioossalpingo-histerectomia em fêmeas, com implantação obrigatória de microchip de identificação individual, incluindo avaliação clínica pré-operatória, procedimentos anestésicos, acompanhamento pósoperatório imediato, medicação, retirada de suturas, transporte dos animais e atendimento ambulatorial de baixa complexidade, bem como a aquisição de microchips padrão ISO 11784/11785 com aplicador e leitor universal compatível, destinados ao cumprimento da Lei Municipal nº 1.660/2025, conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência, conforme relação disposta no item 3 deste contrato.



- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
  - 1.2.1. O Termo de Referência;
  - 1.2.2. O Edital de Pregão Eletrônico;
  - 1.2.3. A Proposta da contratada;
  - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados;

## 2. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

- 2.1. A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá seu término **12 (doze) meses após**.
- 2.2. Uma vez que todo quantitativo contratado tenha sido executado pela Contratada e aprovados pela Contratante, respeitado o prazo para pagamento, o contrato estará automaticamente encerrado.
- 2.3. O contrato poderá ser prorrogado à critério da Contratante e, desde que existam manifestação nesse sentido, bem como, comprovação de que os valores contratados encontram-se vantajosos.

## 3. DO VALOR CONTRATUAL:

- 3.1. Pela prestação ora contratado, a Contratante pagará à Contratada os valores unitários e totais constantes da tabela abaixo.

## 4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 4.1. Receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;
- 4.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;
- 4.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido



provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

- 4.4. Comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 4.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de fiscal especialmente designado;
- 4.6. Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;
- 4.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;
- 4.8. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 4.9. Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- 4.10. Adotar as providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público, para a apuração dos ilícitos de sua competência.
- 4.11. Excetuada a hipótese de previsão distinta em matriz de alocação de riscos, a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do termo de contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- 5.1. Executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de



licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

- 5.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 5.3. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante, quando for o caso;
- 5.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, Lei Federal nº 8.078, de 1990, ficando a contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital de licitação e seus anexos, ou dos pagamentos devidos ao contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 5.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 5.6. Zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante;
- 5.7. Zelar para que os empregados se utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;
- 5.8. Apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;
- 5.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e outras previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;
- 5.10. Atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;
- 5.11. Instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;



- 5.12. Instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;
- 5.13. Relatar à contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 5.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.15. Manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;
- 5.16. Manter atualizado os seus dados no Cadastro de Fornecedores do Município de Mallet, sempre que houver alteração que possa comprometer o contato com a Contratada;
- 5.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 5.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
- 5.18.1. Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
  - 5.18.2. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
  - 5.18.3. Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
  - 5.18.4. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei;
  - 5.18.5. Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
  - 5.18.6. Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto



aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis;

- 5.19. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) e a respectiva documentação técnica associada, para livre uso e alteração pela Administração Pública em outras ocasiões, nos termos do artigo 93 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 5.20. Ceder os direitos e fornecer os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio;
- 5.21. Garantir à contratante, quando for o caso:
  - 5.21.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
  - 5.21.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do contratante.
- 5.22. Exercer o controle das atividades dos empregados alocados à prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, para evitar o desvio de função.
- 5.23. Prestar os serviços de manutenção e assistência técnica mediante deslocamento de técnico ou disponibilizado em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com a necessidade da Contratante.
- 5.24. Cumprir, ao longo de toda a execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como, as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.
- 5.25. Atender às normas específicas de que trata o Termo de Referência, anexo VIII do presente



edital.

## **6. DO LOCAL E FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

- 6.1. Os serviços deverão ser prestados nos locais determinados pela Contratante, conforme constante do Termo de Referência;
- 6.2. A frequência e a forma de prestação serão definidos no Termo de Referência.

## **7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

- 7.1. O pagamento será efetuado após a entrega das notas fiscais ao Setor de Compras da Contratante, sito à Rua XV de Novembro, nº 28 – SE, Centro, em Mallet/PR, e a constatação de que a prestação está de acordo com o solicitado na nota de empenho e no Contrato, no tocante à quantidade, especificações e demais elementos contratuais.
- 7.2. O pagamento será efetuado através de depósito bancário em nome da Contratada.
  - 7.2.1. O número da conta deverá ser fornecido ao Setor de Compras da Contratante no ato da entrega da nota fiscal.
  - 7.2.2. A nota fiscal deverá ser do tipo eletrônica, exceto se a Contratada comprovar que o município onde está sediada não possui sistema de nota eletrônica, fato que deverá ser comprovado perante a Secretaria da Fazenda da Contratante.
- 7.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal por parte do setor de Compras da Contratante.
- 7.4. A Contratada deverá, durante toda a vigência do Contrato, manter em dia as negativas referentes aos tributos federais e ao FGTS.
- 7.5. O pagamento das Notas Fiscais recebidas pela Contratante ficará condicionado à emissão desses dois comprovantes.
  - 7.5.1. Caso não seja possível, através da emissão dos mesmos, comprovar a regularidade fiscal, o pagamento não poderá ser realizado e a Contratada será notificada visando regularizar sua situação.



## 8. DO REAJUSTE:

- 8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, 05/03/2026.
- 8.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.3. O direito a que se refere o item anterior deverá ser efetivamente exercido mediante pedido formal da CONTRATADA até 180 dias após o atingimento do lapso de 12 meses a que se refere o caput desta cláusula sob pena de preclusão do direito ao seu exercício.
- 8.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 8.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 8.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 8.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:

- 9.1. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe (configurando álea econômica extraordinária e extracontratual) a relação que as partes pactuaram inicialmente poderá ser revisada objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.



- 9.2. Na hipótese de solicitação de revisão dos valores avençados, a Contratada deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato por meio da apresentação de planilha(s) detalhada(s) de custos (conforme modelo abaixo) acompanhada(s) de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como, notícias de jornais e da internet, análises conjunturais e econômicas, bem como, dados econômicos que provem e evidenciem o impacto desses aumentos nos preços contratados, documentos que confirmem os fatos alegados (notas fiscais do início da vigência e da data da solicitação comprovando a diferença de valores), que demonstrem que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas em função da ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual.

PREÇO REGISTRADO			
ITEM: (Nº)		DESCRIÇÃO:	
a) Valor registrado no contrato:		R\$ 0,00	
b)	Custo Unitário (N.F nº ..... Data: __/__/__)	R\$ 0,00	
c)	Total de impostos/tributos	0,00%	R\$ 0,00
d)	Total de custos fixos	0,00%	R\$ 0,00
Fórmula = a-(b+c+d)			
e)	Margem de lucro	0,00%	R\$ 0,00
Custo total = a-e		R\$ 0,00	
PREÇO ATUALIZADO			
ITEM: (Nº)		DESCRIÇÃO:	
a) Valor registrado no contrato:		R\$ 0,00	
b)	Custo Unitário (N.F nº ..... Data: __/__/__)	R\$ 0,00	
c)	Total de impostos/tributos	0,00%	R\$ 0,00
d)	Total de custos fixos	0,00%	R\$ 0,00
Fórmula = a-(b+c+d)			
e)	Margem de lucro	0,00%	R\$ 0,00
Custo total = a-e		R\$ 0,00	

- 9.3. É vedada solicitação de reequilíbrio que tenha por finalidade reaver o desconto ofertado



durante o processo licitatório.

- 9.4. Não será concedido reequilíbrio em consequência de descontos ofertados pelo licitante com intuito único de vencer a licitação e posteriormente buscar, via revisão de preços, aumentar ou regularizar sua margem operacional.
- 9.5. A eventual solicitação realizada pela Contratada será processada após análise da Contabilidade e da Procuradoria sendo, então, declarada sua procedência ou não.
- 9.6. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender a entrega e os pagamentos serão realizados ao preço vigente.
- 9.7. Caso seja considerado procedente o pedido da Contratada, proceder-se-á à readequação dos valores pretendidos.
- 9.8. Os valores reajustados passarão a vigorar somente após a sua publicação no Diário Oficial, o que ocorrerá no próximo dia útil após a concessão do reequilíbrio e serão aplicados aos itens ainda não empenhados do contrato.
- 9.9. Os preços revisados não serão aplicados aos itens eventualmente empenhados e não entregues, excetos nos casos em que a solicitação de reequilíbrio tenha sido realizada antes da emissão da nota de empenho.
- 9.10. Em caso de improcedência do pedido postulado, a Contratada será informada mediante e-mail ou correio da decisão proferida.
- 9.11. Em caso de solicitação realizada de forma errônea, a Contratante informará a Contratada para que providencie as correções necessárias e encaminhe novo pedido para análise.
- 9.12. Eventuais pedidos de reequilíbrio serão respondidos à Contratada em até 30 (trinta) dias.
- 9.13. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

## **10. DAS ALTERAÇÕES E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL:**

- 10.1. Quaisquer alterações procedidas no presente Contrato deverão constar de Termo Aditivo ao



mesmo, na forma da Lei 14.133/2021.

- 10.2. As alterações contratuais somente poderão ser efetuadas durante o prazo de vigência do contrato.

## **11. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO:**

- 11.1. Para fins de aplicação das sanções contratuais, segue a definição dos termos utilizados:
- 11.1.1. Execução irregular: entende-se por execução irregular do contrato aquela que, apesar de não representar prejuízo à Administração, não pode ser enquadrada como situação de cumprimento normal das cláusulas avençadas.
  - 11.1.2. Inexecução parcial: caracterizada pela entrega do material/equipamento fora do prazo inicial pactuado, mas ainda dentro do prazo de mora concedido pela Administração sendo considerados, portanto, atrasos toleráveis.
  - 11.1.3. Inexecução total: ocorre quando a contratada deixa de entregar o material/equipamento no prazo inicialmente pactuado e, descumpre, ainda, o prazo de mora concedido pela Administração.
- 11.2. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- 11.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - 11.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 11.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
  - 11.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - 11.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - 11.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 11.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - 11.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - 11.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 11.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



- 11.2.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do processo, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 11.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
- 11.3.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 11.3.2. Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Poder Executivo do Município de Mallet/PR, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das faltas previstas nos subitens 12.2.2 a 12.2.7 do Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 11.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.2.8 a 12.2.12, bem como, nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.3.4. Multa.
- 11.4. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:
- 11.4.1. Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;
- 11.4.2. Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:
- 11.4.2.1.M1 = multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;
- 11.4.2.2.M2 = multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e
- 11.4.2.3.M3 = multa de 1,0% (um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.



## 11.4.3. Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

11.4.3.1.G1 = multa de 1,5% (zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

11.4.3.2.G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

11.5. O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

ITEM	CONDUTAS	OCORRÊNCIA E REINCIDÊNCIA					
		GRAU DE SEVERIDADE					
		LEVE	MODERADO			GRAVE	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
01	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
02	O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos	-	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
03	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
04	Atraso injustificado do início da execução do contrato de prestação de serviço ou de fornecimento de bens	-	1ª vez	-	-	-	-
05	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
06	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa	-	-	-	-	-	1ª vez
07	Agir em desconformidade legal na	-	-	-	-	-	1ª vez



	relação contratual						
08	Abandonar a execução do contrato	-	-	-	-	-	1ª vez
09	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato	-	-	-	-	-	1ª vez
10	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
11	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência e/ou contrato	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
12	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez

- 11.6. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.
- 11.7. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dia letivo em que houve a ocorrência da conduta infratora.
- 11.8. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das graduações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.
- 11.9. No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, fica facultado ao Município rescindir unilateralmente o contrato.



- 11.10. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada.
- 11.11. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento mensal devido à CONTRATADA.
- 11.12. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
- 11.13. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 11.14. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.
- 11.15. A aplicação de multas de graus G1 e G2 poderá ser acompanhada das seguintes sanções:
- 11.15.1. impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
  - 11.15.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação e ressarcimento dos prejuízos resultantes, respeitado o limite máximo de 5 (cinco) anos.
- 11.16. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.17. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.18. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.19. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.20. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



- 11.21. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.22. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 11.22.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 11.22.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 11.22.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 11.22.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
  - 11.22.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.23. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.24. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.25. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.26. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21..



11.27. A aplicação das sanções de que trata o presente item será processada nos termos do Decreto Municipal nº 264/2022.

## 12. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:

12.1. O presente Contrato poderá ser extinto caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, a saber:

12.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

12.1.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato;

12.1.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

12.1.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

12.1.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

12.1.6. Razões de interesse público, justificadas pelo Prefeito Municipal;

12.1.7. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como, em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

12.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

12.2.1. Supressão contratual, por parte da Contratante, que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite de 25% (vinte e cinco por cento) desse valor atualizado para serviços;

12.2.2. Suspensão da execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

12.2.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;



- 12.2.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Contratante por despesas de serviços;
- 12.3. A extinção contratual poderá ser:
- 12.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Contratante, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 12.3.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Contratante;
- 12.3.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 12.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo, devendo ser formalmente motivada nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

### 13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

- 13.1. Os recursos orçamentários correrão por conta das seguintes dotações:

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FONTES PAGADORAS:		
Cód.	Funcional Programática	Valor a ser utilizado
205	02.09.18.541.0011.2.024-1000-3.3.90.39	R\$ 77.194,30
207	02.09.18.541.0011.2.024-1000-4.4.90.52	R\$ 332,46

### 14. DA SUBCONTRATAÇÃO:

- 14.1. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do presente contrato, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e neste instrumento contratual.

### 15. DA FISCALIZAÇÃO:



15.1. Ficam designados como fiscais do presente contrato os seguintes servidores:

<b>Secretaria</b>	<b>Fiscal</b>	<b>Portaria</b>
Secretaria de Agropecuária e Abastecimento	Endrio Wilian Ribeiro	077/2025

15.2. Caberá ao fiscal de contrato as seguintes atribuições:

- 15.2.1. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos;
- 15.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 15.2.3. Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- 15.2.4. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita entrega do objeto, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 264/2022;
- 15.2.5. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da eventual suspensão da entrega dos bens contratados;
- 15.2.6. Receber designação e manter contato com o preposto da Contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas relativos à entrega dos bens;
- 15.2.7. Requerer da Contratada testes, exames e ensaios, quando necessário, no sentido de promoção de controle de qualidade dos bens a serem adquiridos, correndo as custas decorrentes por conta da Contratada;
- 15.2.8. Realizar o recebimento provisório do contrato e, quando designado, o recebimento definitivo;
- 15.2.9. Conferir e certificar as notas fiscais relativas às aquisições;
- 15.2.10. Encaminhar as notas fiscais dos produtos aceitos, após certificação do gestor, para pagamento;
- 15.2.11. Propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;



- 15.2.12. Verificar as obrigações e encargos sociais e trabalhistas da Contratada, através da emissão periódica das negativas correspondentes, cujo descumprimento ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório, podendo culminar na extinção do contrato;
- 15.2.13. Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- 15.2.14. Encaminhar os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 15.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 15.4. Toda comunicação entre a Contratada e o fiscal de contrato da Contratante ocorrerá por escrito, via sistema de protocolo, e-mail, aplicativo de troca de mensagem ou outros, a ser definido em reunião com representante da Contratada, cujo documento ficará em posse do fiscal para servir de prova em eventual procedimento administrativo sancionatório

## **16. DA CLÁUSULA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO:**

- 16.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como, de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma

## **17. DO FORO:**



Prefeitura Municipal de Mallet

www.mallet.pr.gov.br  
mallet@mallet.pr.gov.br

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Mallet para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em **02 (duas) vias** de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Prefeitura Municipal de Mallet, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS\***

**\*Dispensadas, se assinado digitalmente.**



Prefeitura Municipal de Mallet

www.mallet.pr.gov.br  
mallet@mallet.pr.gov.br

## **ANEXO 8 – TERMO DE REFERÊNCIA – Arquivo digital**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026

PROTOCOLO 11242/2026 - Processo Administrativo 86/26  
Tipo: Menor Preço por Item - NOVA DATA

OBJETO: A contratação de empresa especializada em implantação e operacionalização de serviço de telemedicina, destinado ao atendimento remoto de pronto atendimento digital através de teleconsulta médica com médico clínico geral, médico saúde da família e pediatra, em tempo real, aos usuários do município de Fazenda Rio Grande, por meio de plataforma própria de videochamada, realizado por equipe médica devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina - CRM. Edital e Entrega das propostas disponíveis a partir de 12/05/2026 às 08:00h no site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br). Abertura das Propostas 29/05/2026 às 09:00h (horário de Brasília) no site: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

Fazenda Rio Grande/PR, 11 de maio de 2026.  
BRUNO DELPASSO DE MORAES  
Pregoeiro

## PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS

AVISOS DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA Nº 5/2026

Processo Adm. Nº 41/2026

O PREGOEIRO da PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 08 de junho de 2026, às 09 horas, no endereço sito a Rua Santo Inácio, 161, centro, FLORESTÓPOLIS - PR, a abertura do presente certame, conforme especificado no Processo Administrativo Licitatório nº 041/2026, na Modalidade Concorrência nº 005/2026. Informamos que a íntegra do Edital se encontra disponível no endereço supracitado ou através do site eletrônico da Prefeitura de Florestópolis: <https://www.florestopolis.pr.gov.br/> Objeto da Licitação: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM IMÓVEL INSCRITO NA MATRÍCULA nº 19.592 - CRI/Porecatu, ÁREA DE 5.084,96m<sup>2</sup>, nas condições fixadas em seu edital e anexos. Florestópolis, 12 de maio de 2026. Lucas Danilo Romancini Tinti Agente de Contratação

## CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 3/2026

Processo Adm. Nº 32/2026

A Comissão Permanente de Licitação da portaria nº 018/2024, da PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 10/06/2026, às 09 horas, no site [bnc.compras.com](http://bnc.compras.com) a abertura do presente certame, conforme especificado no Processo Administrativo Licitatório nº 032/2026, na Modalidade Concorrência nº 003/2026. Informamos que a íntegra do Edital se encontra disponível no endereço supracitado ou através do site eletrônico da Prefeitura de Florestópolis: <https://www.florestopolis.pr.gov.br/> ou no site [bnc.compras.com](http://bnc.compras.com). Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para construção de empreendimento, habitacional de interesse social, consistente na edificação de até 15 (quinze) unidades Habitacionais, em área regularizada e devidamente disponibilizada pelo MUNICÍPIO. Valor máximo: R\$ 1.909.735,40.

Florestópolis, 12 de maio de 2026.  
LUCAS DANILLO ROMANCINI TINTI  
Agente de Contratações

## PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU

AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2026

O Município de Foz do Iguaçu torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 29 de maio do ano de 2026, na plataforma Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto: Sede do município - Objeto: Pavimentação em CBUQ - Quantidade e unidade de medida: 62.918,19 m<sup>2</sup> - Prazo de execução: 180 dias.

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Foz do Iguaçu e na plataforma Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Foz do Iguaçu-PR, 7 de maio de 2026  
LEANDRO RIBEIRO VARGAS  
Diretor de Licitações e Contratos

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026

LEI Nº 14.133, DE 2021, IN73/2022, Decreto Municipal nº 015/2025, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. Local: <https://bll.org.br/https://www.ipora.pr.gov.br/>

Objeto: Empresa especializada para execução de serviços de modernização da infraestrutura esportiva, contemplando: fornecimento e instalação de piso modular indoor, execução de pintura interna e externa, fornecimento e instalação de cadeiras para arquibancadas, bem como instalação de sistemas de climatização evaporativa e exaustão de ar, junto ao Ginásio de Esportes João Pepino e ao Estádio Municipal Virgínio Bortolotti, visando proporcionar maior conforto, segurança, acessibilidade, eficiência térmica e melhoria das condições para práticas esportivas e lazer comunitário. Valor Máximo: R\$ 1.295.144,71 (um milhão, duzentos e noventa e cinco mil, cento e quarenta e quatro reais e setenta e um centavos). Recebimento das propostas: Até às 13:50h do dia 27/05/2025. Abertura e julgamento: Das 13:50h às 14h do dia 27/05/2025. Início da sessão: às 14h do dia 27/05/2025.

Iporã - PR, 12 de Maio de 2025  
JANAINA BERGAMIN PEREIRA  
Agente de Contratação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL - AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026. Processo Administrativo 072.2026. REGISTRO DE PREÇO - AQUISIÇÃO DE PNEUS E CAMARA DE AR. Dia e horário: 27/05/2026 às 09h00 (horário de Brasília). Plataforma: LICITANET ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)). Local de acesso PNCP: <https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1>. Itaúna do Sul-PR, 12 de maio de 2026

Itaúna do Sul-PR, 12 de maio de 2026.  
GILSON JOSE DE GOIS  
Prefeito

## AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 28/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 028/2026. Processo Administrativo 071.2026. LOCAÇÃO DE TENDAS E BANHEIROS QUÍMICOS. Dia e horário: 19/05/2026. Das 8h às 14h00 (horário de Brasília). Plataforma: LICITANET ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)). Local de acesso PNCP: <https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1>.

Itaúna do Sul-PR, 12 de maio de 2026.  
GILSON JOSE DE GOIS  
Prefeito

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LIDIANÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 9/2026

LEI Nº 14.133/2021

O Município de Lidianópolis, Estado do Paraná, através do Prefeito Municipal, torna público que fará realizar às 09:00 horas, do dia 19/06/2026, na PLATAFORMA BNC <https://bnc.org.br>, licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO, GLOBAL, visando a Contratação de empresa do ramo da construção civil, especializada na construção de casas populares, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (MCMV FHIS Sub 50), no Município de Lidianópolis, para a construção de 20 (vinte) unidades habitacionais, conforme Portaria MCID nº 892, de 08 de agosto de 2025 e TERMO DE COMPROMISSO Nº 996225/2025/MCIDADES/CAIXA. Valor total da licitação é de R\$ 3.066.018,70 (três milhões, sessenta e seis mil e dezoito reais e setenta centavos). O Edital e demais documentos pertinentes à licitação em apreço estarão disponíveis no setor de licitação, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, através do e-mail: [licitacaolidianopolispr@gmail.com](mailto:licitacaolidianopolispr@gmail.com) e pelo site Portal da Transparência do Município <http://177.155.91.250:8090/portaltransparencia/licitacoes>. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone: (043) 3473-1238.

Lidianópolis-PR, 12 de maio de 2026.  
APARECIDO BUZATO  
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026

LEI Nº 14.133/2021

O Município de Lidianópolis, Estado do Paraná, através do Prefeito Municipal, torna público que fará realizar às 14:00 horas, do dia 26/05/2026, na PLATAFORMA BNC <https://bnc.org.br>, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO, POR LOTE, LICITAÇÃO REGIONAL, CONFORME DISPOSTOS DA LEI MUNICIPAL 1.291/2023, visando a Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de artigos para decoração de evento, incluindo itens ornamentais, estruturas decorativas e materiais de ambientação, bem como, locação, montagem e desmontagem de palco com todos os componentes necessários à realização de apresentação musical, visando adequada organização e ambientação dos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Lidianópolis/PR. Valor total da licitação é de R\$ 26.177,73 (vinte e seis mil, cento e setenta e sete reais e setenta e três centavos). O Edital e demais documentos pertinentes à licitação em apreço estarão disponíveis no setor de licitação, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, através do e-mail: [licitacaolidianopolispr@gmail.com](mailto:licitacaolidianopolispr@gmail.com) e pelo site Portal da Transparência do Município <http://177.155.91.250:8090/portaltransparencia/licitacoes>. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone: (043) 3473-1238.

Lidianópolis-PR, 12 de maio de 2026.  
APARECIDO BUZATO  
Prefeito

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO 020/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET torna público que fará realizar Licitação sob modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 com as seguintes características:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços veterinários destinados à execução do Programa Municipal de Controle Populacional Ético de Cães e Gatos, os quais deverão ser realizados por médico veterinário legalmente habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV, em conformidade com as normas técnicas e resoluções do Conselho Federal e do Conselho Regional de Medicina Veterinária, compreendendo a realização de procedimentos de esterilização cirúrgica por meio de orquiectomia em machos e ovariossalpingo-histerectomia em fêmeas, com implantação obrigatória de microchip de identificação individual, incluindo avaliação clínica pré-operatória, procedimentos anestésicos, acompanhamento pósoperatório imediato, medicação, retirada de suturas, transporte dos animais e atendimento ambulatorial de baixa complexidade, bem como a aquisição de microchips padrão ISO 11784/11785 com aplicador e leitor universal compatível, destinados ao cumprimento da Lei Municipal nº 1.660/2025, conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência..

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min de 13 de maio de 2026 até às 09h00min do dia 28 de maio de 2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min às 10h00min do dia 28 de maio de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 28 de maio de 2026.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Está disponível no site [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br) e no sítio eletrônico do município a partir desde 13/05/2026.

INFORMAÇÕES: 0800 542 1204.

Mallet, 12 de maio de 2026.  
FELIPE ZOLONDEK  
Pregoeiro

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMBORÊ

## AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito do Município de Mamborê, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão proferida pela Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações, designados através da Portaria nº. 042/2025, e com fundamento na Legislação Vigente, resolve.

Art. 1º - Homologar o Processo de Contratação levado a efeito através do(a) CONCORRÊNCIA Nº 003/2026. Art. 2º - Adjudicar o objeto do certame, nos termos da Ata da Comissão, o seguinte participante

Contratada: ITAIPU INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS E ASFALTO LTDA.

R\$ 6.155.650,00 (SEIS MILHÕES, CENTO E CINQUENTA E CINCO MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS)

MAMBORÊ-PR, 12 de maio de 2026.  
SEBASTIÃO ANTONIO MARTINEZ  
Prefeito



**Juranda****MUNICIPIO DE JURANDA-PR****EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 57/2026**

DATA CONTRATO: 11 de maio de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JURANDA - Estado Paraná, com endereço PRAÇA HENRIQUE SZAFERMAN, nº 139, inscrito no CNPJ/MF nº 78.196.755/0001-09, neste ato representado pelo Secretário M. de Obras Viação e Serviços Urbanos, o Sr. GILMAR DE BARROS DA SILVA, inscrito sob o CPF/MF nº 053.821.549-61.

CONTRATADA: ITAIPU INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS E ASFALTO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 00.159.291/0001-65, neste ato representada pelo seu representante legal Sr. EDUARDO JOSE RIBEIRO, inscrito sob o CPF/MF nº 066.169.569-70, com endereço à ESTRADA BARREIRO DA FRUTAS, GLEBA 1, AREA RURAL DE CAMPO MOURAO - 87.314-899, Campo Mourão - PR.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CBUQ (ESPESURA DE 5 CM), INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO RR-1C, EXECUÇÃO DE CAPA ASFÁLTICA, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E SERVIÇOS COMPLEMENTARES, NAS VIAS AVENIDA DOM PEDRO II E RUA VERÔNICA NOVAK, NO MUNICÍPIO DE JURANDA-PR, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS QUE INTEGRAM O PRESENTE PROCESSO.

VALOR: Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$3.480.150,00 (três milhões, quatrocentos e oitenta mil e cento e cinquenta reais).

EXECUÇÃO: A execução dos serviços deverá ser realizada em até 15 (quinze) meses a contar da emissão da ordem de serviço.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de 11/05/2026 até 11/11/2027, Prazo de Vigência Execução 11/05/2026 até 11/08/2027 a partir da sua assinatura.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal 14.133/2021;

**59228/2026****Jussara****EXTRATO DO CONTRATO Nº 62/2026**

CONTRATANTE: Município de Jussara, Estado do Paraná, com sede à Av. Princesa Izabel, inscrito no CGC/MF nº 320, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Moacir Luiz Pereira Valentini, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.997.041-4 e do CPF/MF nº 700.111.259-34, e

CONTRATADA: ELETROMEGA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E OBRAS LTDA.

OBJETO: Extensão de rede elétrica de média e baixa tensão com implantação de postes de concreto para instalação/substituição de luminárias em led em diversas ruas do perímetro urbano do município.

VALOR: R\$ 659.900,00 (seiscentos e cinquenta e nove mil e novecentos reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 (trezentos e sessenta) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de maio de 2026.

FORO: Comarca de Cianorte, Estado do Paraná.

Jussara-PR, 12 de maio de 2026.

Moacir Luiz Pereira Valentini  
Prefeito Municipal**59758/2026****EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2026**

CONTRATANTE: Município de Jussara, Estado do Paraná, com sede à Av. Princesa Izabel, inscrito no CGC/MF nº 320, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Moacir Luiz Pereira Valentini, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.997.041-4 e do CPF/MF nº 700.111.259-34, e

CONTRATADA: WELLER CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

OBJETO: Pavimentação asfáltica de estrada rural em CBUQ, com área de 66.080,00 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, grama, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.

VALOR: R\$ 14.079.000,00 (quatorze milhões, setenta e nove mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 300 (trezentos) dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 600 (seiscentos) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de maio de 2026.  
FORO: Comarca de Cianorte, Estado do Paraná.

Jussara/Pr, 12 de maio de 2026.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI  
Prefeito Municipal**59755/2026****Luiziana****SÚMULA DE LICITAÇÃO**O Município de Luiziana torna público que realizará licitação na modalidade **Concorrência nº 009/2026**, no dia **27 de maio de 2026, às 09h00**, por meio da plataforma eletrônica BLL. Objeto: contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia visando à substituição e ampliação da cobertura do Ginásio de Esportes Waldir José Ferri, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais serviços necessários, conforme especificações do edital. O edital completo encontra-se disponível nos portais oficiais do Município, BLL e PNCP.**59074/2026****Mallet**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLETT torna público que fará realizar Licitação sob modalidade PREGÃO ELETRÔNICO 020/2026 com as seguintes características:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços veterinários destinados à execução do Programa Municipal de Controle Populacional Ético de Cães e Gatos, os quais deverão ser realizados por médico veterinário legalmente habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, em conformidade com as normas técnicas e resoluções do Conselho Federal e do Conselho Regional de Medicina Veterinária, compreendendo a realização de procedimentos de esterilização cirúrgica por meio de orquiectomia em machos e ovariossalpingo-histerectomia em fêmeas, com implantação obrigatória de microchip de identificação individual, incluindo avaliação clínica pré-operatória, procedimentos anestésicos, acompanhamento pós-operatório imediato, medicação, retirada de suturas, transporte dos animais e atendimento ambulatorial de baixa complexidade, bem como a aquisição de microchips padrão ISO 11784/11785 com aplicador e leitor universal compatível, destinados ao cumprimento da Lei Municipal nº 1.660/2025, conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min de 13 de maio de 2026 até às 09h00min do dia 28 de maio de 2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min às 10h00min do dia 28 de maio de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 28 de maio de 2026.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Está disponível no site [www.blcompras.org.br](http://www.blcompras.org.br) e no sítio eletrônico do município desde 13/05/2026.

INFORMAÇÕES: 0800 542 1204.

Prefeitura Municipal de Mallet, 12/05/2026.

FELIPE ZOLONDEK  
PREGOEIRO OFICIAL**59475/2026****Mandirituba****PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA  
AVISO DE LICITAÇÃO****EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026.**O MUNICÍPIO de Mandirituba torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 28 de Maio do ano de 2026, na plataforma <https://www.gov.br/compras> (Comprasgov), **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de

**JOSÉ CARLOS TIBÉRIO**

**Publicado por:**  
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos  
**Código Identificador:**D0FC2A0D

**SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO**  
**CONTRATO Nº 01/2026**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS – PR, inscrito no CNPJ nº 75.845.511/0001-03.

CONTRATADA: **PARANÁ PAVIMENTAÇÃO E CONCRETO LTDA, inscrita no CNPJ nº 53.594.777/0001-98.**

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a alteração qualitativa e quantitativa do Contrato nº 01/2026, referente à execução de pavimentação asfáltica de vias urbanas em CBUQ no Município de Lupionópolis/PR, vinculado ao Convênio nº 879/2025 – Paranacidade, compreendendo substituição de material de imprimação, adequação do projeto de drenagem pluvial e readequação do cronograma físico-financeiro.

VALOR SUPRIMIDO: R\$ 169.083,25 (cento e sessenta e nove mil, oitenta e três reais e vinte e cinco centavos).

VALOR ACRESCIDO: R\$ 104.149,69 (cento e quatro mil, cento e quarenta e nove reais e sessenta e nove centavos).

NOVO VALOR CONTRATUAL: R\$ 4.244.066,44 (quatro milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DE ASSINATURA: 12 de maio de 2026.

Lupionópolis/PR, 12 de maio de 2026.

**JOSÉ CARLOS TIBÉRIO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos  
**Código Identificador:**7C1E2925

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**DECRETO N.º 229/2026**

**DECRETO N.º 229/2026**

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 14.133/2021 quanto à adesão às atas de registro de preços (carona) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet, Estado do Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar o procedimento de adesão a ata de registro de preços;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Este Decreto regulamenta, no âmbito da Administração Pública municipal do Município de Mallet/PR, a Lei Federal nº 14.133/2021 que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública quanto à adesão às atas de registro de preços (carona).

**Art. 2º.** Fica o Município de Mallet/PR autorizado a realizar adesão às atas de registro de preços (carona) gerenciadas pela Administração Pública de qualquer município do país, dos Estados, do Distrito Federal, da União, de consórcios ou ainda de qualquer outro ente público, desde que se demonstre proposta vantajosa à administração pública.

**Art. 3º.** A Adesão à ata de registro de preço pelo Município de Mallet/PR, deverá ser tramitada por meio de processo eletrônico junto ao Sistema Betha Cloud, com o assunto “PROCESSO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS”.

**Art. 4º.** Ao protocolar o processo mencionado no artigo anterior, a Secretaria demandante, deverá instruir o procedimento com, no mínimo, os seguintes documentos:

I - Documento de Formalização da Demanda (DFD);

II - Estudo Técnico Preliminar, onde esse evidencie:

a) Os motivos pelos quais a adesão (carona) é vantajosa em relação a realização do procedimento licitatório;

III - Termo de Referência;

IV - Justificativa de preço por meio de Documento de Formalização da Pesquisa de Preços (DFPP):

a) O DFPP deverá conter a pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade da adesão;

V - Cópias do edital e seus anexos que deram origem a ata de registro de preços;

VI - Ata de Registro de Preços a ser aderida;

VII - Ofício com anuência do órgão gerenciador da ata registro de preços, aceitando a adesão a ata;

VIII - Ofício com anuência do fornecedor beneficiário da ata registro de preços aceitando o fornecimento da adesão pleiteada.

IX - Comprovação de que o fornecedor registrado na ata mantém as mesmas condições de habilitação e regularidade fiscal exigidas no edital da licitação;

X - Declaração do órgão gerenciador de que não há nenhum recurso administrativo, representação administrativa ou processo judicial pendente de julgamento em relação a Ata de Registro de Preços a ser aderida.

**Art. 5º.** Após a formalização do processo pela Secretaria demandante, este deverá ser encaminhado ao Gabinete do Prefeito para decisão a respeito da autorização ou não da adesão requerida.

**Art. 6º.** Posteriormente, os autos devem ser encaminhados ao Setor de Contabilidade para verificação da viabilidade orçamentária e à Procuradoria Municipal para analisar a legalidade da adesão.

**Art. 7º.** Cabe ao Setor de Licitações e Contratos os demais trâmites necessários à efetivação da adesão caso reste autorizada e viável ou seu arquivamento em caso de não autorização e/ou inviabilidade.

**Art. 8º.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 12 de maio de 2026.

**PEDRO KOWALCZYK**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
João Carlos Carvalho de Lima  
**Código Identificador:**E3E20F9A

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE**  
**LICITAÇÕES**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 020/2026**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET** torna público que fará realizar Licitação sob modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 020/2026** com as seguintes características:

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços veterinários destinados à execução do Programa Municipal de Controle Populacional Ético de Cães e Gatos, os quais deverão ser realizados por médico veterinário legalmente habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, em conformidade com as normas técnicas e resoluções do Conselho Federal e do Conselho Regional de Medicina Veterinária, compreendendo a realização de procedimentos de esterilização cirúrgica por meio de orquiectomia em machos e ovariossalpingo-histerectomia em fêmeas, com implantação obrigatória de microchip de identificação individual, incluindo avaliação clínica pré-operatória, procedimentos anestésicos, acompanhamento pós-operatório imediato, medicação, retirada de suturas, transporte dos animais e atendimento ambulatorial de baixa complexidade, bem como a aquisição de microchips padrão ISO 11784/11785 com aplicador e leitor universal compatível, destinados ao cumprimento da Lei Municipal nº

1.660/2025, conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência..

**FORMA DE JULGAMENTO:** Menor preço.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 08h00min de 13 de maio de 2026 até às 09h00min do dia 28 de maio de 2026.

**ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** das 09h00min às 10h00min do dia 28 de maio de 2026.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 10h00min do dia 28 de maio de 2026.

**AQUISIÇÃO DO EDITAL:** Está disponível no site [www.blcompras.org.br](http://www.blcompras.org.br) e no sítio eletrônico do município desde 12/05/2026.

**INFORMAÇÕES: 0800 542 1204.**

Prefeitura Municipal de Mallet, 12/05/2026.

**FELIPE ZOLONDEK**  
Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**  
Felipe Zolondek  
**Código Identificador:**83FBEB3E

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES**  
**TERMO DE ANULAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 022/2026**

**TERMO DE ANULAÇÃO**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 022/2026**

O Prefeito Municipal de Mallet/PR, Sr. Pedro Kowalczyk, no uso de suas atribuições legais, torna público e a quem interessar possa que:

Diante das razões exaradas no Memorando nº 286/2026 originário do Setor de Licitações e Contratos, com fundamento no art. 71, III da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como apontamentos formulados em auditoria externa, acerca da forma de cadastramento do procedimento junto ao Mural de Licitações e ao sistema SIM-AM:

**ANULAR** o Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 022/2026 o qual possui por objeto a Adesão à Ata de Registro de Preços nº 004/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 003/2024, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná – CIEDEPAR, visando à aquisição de kits de materiais didáticos-escolares destinados ao atendimento dos estudantes da rede pública municipal de ensino.

Prefeitura Municipal de Mallet, 12 de maio de 2026.

**PEDRO KOWALCZYK**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Felipe Zolondek  
**Código Identificador:**9C30B633

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES**  
**TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO**

O MUNICÍPIO DE MALLET/PR, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua XV de Novembro, nº 28SE, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 75.654.566/0001-36, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PEDRO KOWALCZYK, residente e domiciliado em Mallet/PR, decide, através do presente, RESCINDIR UNILATERALMENTE O CONTRATO ADMINISTRATIVO nº

065/2026, firmado com a pessoa jurídica **BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA, CNPJ 79.788.766/0001-32**, considerando a decisão administrativa expedida em 11 de maio de 2026;

**RESOLVE:**

Art. 1. Rescindir unilateralmente o CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 065/2026, o qual possui por objeto a “Adesão à Ata de Registro de Preços nº 004/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 003/2024, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná – CIEDEPAR, visando à aquisição de kits de materiais didáticos-escolares destinados ao atendimento dos estudantes da rede pública municipal de ensino” com a pessoa jurídica **BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA, CNPJ 79.788.766/0001-32**, com fulcro nas disposições do art. 137, incisos VIII e no art. 138, inciso I e §1º, ambos da Lei nº 14.133/2021.

Art. 2. Este Termo de Rescisão Unilateral de Contrato Administrativo entrará em vigor na data de publicação.

Art. 3. O Presente Termo de Rescisão será publicado na forma resumida, através de Extrato, no Diário Oficial do município.

Mallet/PR, 12 de maio de 2026.

**PEDRO KOWALCZYK**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Felipe Zolondek  
**Código Identificador:**1CEFB61

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS**  
**DECRETO N.º 230/2026**

DECRETO N.º 230/2026

Súmula: Dispõe sobre exoneração de funcionária pública – PSS e dá outras providências:

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

Considerando o processo cloud nº 000001638/2026;

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica exonerada a servidora GABRIELA CHLEVINSKI, matrícula nº 60444, do cargo de Agente de Apoio Educacional – 20h, a partir de 13 de maio de 2026.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de maio de 2026

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 12 de maio de 2026

**PEDRO KOWALCZYK**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Camila Pirog  
**Código Identificador:**F076DB90

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009.001/2026 – PSS 001/2025**  
**CONVOCAÇÃO DE CANDIDATAS**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009.001/2026 – PSS 001/2025 CONVOCAÇÃO DE CANDIDATAS

**Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025**

AVISO DE LICITAÇÃO O Município de Nova Esperança, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, no sistema de registro de preço, sob o nº 054/2026-PMNE, do tipo menor preço por item, LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI, conforme especificado no Edital. Do Objeto: Registro de preço para futura contratação de pessoa jurídica para fornecimento de materiais de expediente e materiais de uso escolar (parte 03). RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir de 13.05.2026 até às 08h59min do dia 01.06.2026. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09 horas do dia 01.06.2026. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp

AVISO DE LICITAÇÃO O Município de Nova Esperança, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o nº. 055/2026-PMNE, do tipo menor preço por item, conforme especificado no Edital. Do Objeto: Aquisição de veículo tipo van, novo, com capacidade mínima para 21 (vinte e um) lugares, através do recurso do Investimento do Fundo Estadual do Esporte, destinado ao transporte de atletas, comissões técnicas e materiais esportivos da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir de 13.05.2026 até às 08h59min do dia 26.05.2026. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09 horas do dia 26.05.2026. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU Rua Ezequiel Galvão de Andrade, 31 - Fone (41) 3331 - 8300 CEP: 75.378-140/0001-17 - CEP: 97.250-000 Peabiru - Paraná

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 34/2025 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PEABIRU CONTRATADA: NORDESTE TRANSPORTES LTDA OBJETO: TERMO ADITIVO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PASSAGENS PARA TRANSLADO DE PACIENTES E ACOMPANHANTES PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ATRAVÉS DO TFD, E AQUISIÇÃO DE PASSAGENS DESTINADAS AOS SERVIÇOS MUNICIPAIS QUANDO EM VIAGENS PARA REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO OU A SERVIÇO DO MUNICÍPIO. VIGÊNCIA: 12 MESES, A PARTIR DE 13/05/2026. DATA: 13/05/2026.

ESCRITÓRIO PINHEIRO Trate diretamente com o proprietário

Aluga-se:

Antiga instalação da Clínica Dr. Antônio Corpa. 8 salas mais recepção. Av. Manoel Mendes de Camargo ao lado da Auto Peças Mazzo.

Tratar pelos telefones: (44) 3523-2228 / 99833-4808

46 ANOS EM CAMPO MOURÃO!

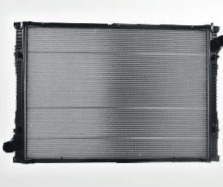
RADIADORES MODELO

Radiadores Novos, Recondicionados a Base de Troca Pronta Entrega, Solda de Intercooler, Consertos e Mangueiras

LINHA LEVE



LINHA PESADA



LINHA AGRÍCOLA



MANGUEIRAS



(44) 3523-3995 Celular: 99931-1476 TIM radiadoresmodelo@gmail.com

Per. Tancredo de A. Neves, 3189 Jd. Santa Nilce - CEP 87308-440 Campo Mourão - PR



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão SRP nº 025/2026. Objeto: Registro de Preços para Contratação de local adequado para o acolhimento voluntário de dependentes químicos. Recebimento das propostas até às 09:00:00 do dia 12/05/2026...

Gislaine Bacças Belini Pregoeira



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão SRP nº 029/2026. Objeto: Registro de Preços para contratação de perfurações de solo com perfuratriz. Recebimento das propostas a partir das 08:00:00 do dia 13/05/2026...

Gislaine Bacças Belini Pregoeira



CNPJ Nº 76.950.047/0001-88 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 018/2025

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO CREDENCIAMENTO Nº 008/2025 O Prefeito do Município de Quinta do Sol/PR, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, RESOLVE:

HOMOLOGAR a inscrição de Med Dos Dtp Ltda, ao Credenciamento acima epigrafado. Quinta do Sol/PR, 12 de Maio de 2025.

Leonardo Lazzaretti Romero Prefeito Municipal



PREFEITURA DE QUINTA DO SOL - CNPJ 76.950.047/0001-88 - ESTADO DO PARANÁ CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 003/2024

ERRATA No Item 1 Espécie, ONDE SE LÊ: "Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 062/2024" LEIA-SE: "Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 062/2024".

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 1. Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº. 062/2024 2. Fundamento: Art. 107, da Lei 14.133/21. 3. Contratante: Município de Quinta do Sol e Pro-F Soluções em Engenharia Ltda. 4. Objeto: Prorrogação do prazo de execução até 14/05/2025 5. Modalidade Licitação: Concorrência Eletrônica nº 003/2024

Quinta do Sol/PR, 23 de Abril de 2.026.

Andréia de Souza Departamento de Licitações

Porco no Rolete A partir das 11h30 PORCO FEST

31/05/2026 (DOMINGO) / CTG - CAMPO MOURÃO - PR

Convite Adulto: R\$ 80,00 com direito a prato personalizado Convite Infantil (07 a 12 anos): R\$ 40,00 com direito a prato personalizado Crianças abaixo de 07 anos não paga. Terá direito a prato descartável.

NÃO TEREMOS CONFECCÃO DE MARMITEX



MUNICÍPIO DE MAMBORÉ Estado do Paraná - CNPJ 76.368.925/0001-23

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 097/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

CONTRATANTE: Município de Mamboré/PR OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO...

OS ITENS Nº 001; 003; 005 e 007 SERÁ DESTINADO AMPLA PARTICIPAÇÃO. PARA OS DEMAIS ITENS: PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME, EPP E EQUIPARADAS. VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 897.690,83 (oitocentos e noventa e sete mil seiscentos e noventa reais e oitenta e ter centavos).

DATAS RELATIVAS AO CERTAME Recebimento das propostas/documentos: Até às 08h25min do dia 28/05/2026 Sessão pública/lanças: As 08h30min do dia 28/05/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado

ENDEREÇOS: Local da realização da sessão: https://bil.org.br/ E-mail oficial: licitacoes@mambore.pr.gov.br Telefone: (44) 3568-0033

LOCAIS DE PUBLICAÇÃO: Portal Nacional de Contratações Públicas Portal de Transparência do Município - https://mambore.atende.net/portaltransparencia/ Diário Oficial do Município - Diário Oficial Eletrônico

MAURO AUGUSTO DA ROCHA Pregoeiro



MUNICÍPIO DE MAMBORÉ Estado do Paraná - CNPJ 76.368.925/0001-23

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Dispensa nº 029/2026 Processo Administrativo nº 096/2026

O Município de Mamboré, Estado do Paraná, com fundamentação legal na Lei Federal nº 14.133/2021, art. 75, inciso II, comunica a todos a efetivação do procedimento conforme abaixo discriminado:

Dispensa de Licitação nº 029/2026 Processo Administrativo nº 096/2026 Valor total: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) BOMBA DE COMBUSTÍVEL, COMPATIVEL COM A MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K. FROTA Nº 176, PERTENCENTE AO PÁTIO DE MAQUINAS / SETOR RODOVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE MAMBORÉ/PR.

MAURO AUGUSTO DA ROCHA Agente de Contratação

23 MAIO 2026 AS 19:30HR FESTIVAL DE CALOUROS NOVA CANTU PREMIAÇÃO 1º LUGAR R\$ 1.500,00 2º LUGAR R\$ 700,00 3º LUGAR R\$ 500,00

27ª PORCO NO ROLETE A partir das 11h30 PORCO FEST

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET torna público que fará realizar Licitação sob modalidade PREGÃO ELETRÔNICO 020/2026 com as seguintes características:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços veterinários destinados à execução do Programa Municipal de Controle Populacional Ético de Cães e Gatos, os quais deverão ser realizados por médico veterinário legalmente habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV, em conformidade com as normas técnicas e resoluções do Conselho Federal e do Conselho Regional de Medicina Veterinária...

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min de 13 de maio de 2026 até às 09h00min do dia 28 de maio de 2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min às 10h00min do dia 28 de maio de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 28 de maio de 2026.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Está disponível no site www.bllcompras.org.br e no sítio eletrônico do município desde 13/05/2026.

INFORMAÇÕES: 0800 542 1204. Prefeitura Municipal de Mallet, 12/05/2026.

FELIPE ZOLONDEK PREGOIRO OFICIAL

PRODUI - Processo: 0000727-56.2025.8.16.0132 - Ref. mov. 86.1 - Assinado digitalmente por Rita Lucimeire Machado Prestes

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE PEABIRU VARA CÍVEL DE PEABIRU - PROJUDI

Processo: 0000727-56.2025.8.16.0132 Classe Processual: Interdição/Curatela Assunto Principal: Nomeação

Requerentes: DIRCE BORTOLETTO (RG: 37061859 SSP/PR e CPF/CNPJ: 005.161.619-03) - Rua Dr. Dido Boscardin Bello, 977 casa - centro - PEABIRU/PR - CEP: 87.250-000.

Requerentes: JOAQUINE BORTOLETTO HELENDER (RG: 107454565 COB/PR e CPF/CNPJ: 067.661.176-10) - Rua João Albino Casali, 977 casa - centro - PEABIRU/PR - CEP: 87.250-000.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA DE INTERDIÇÃO DE JOAQUINE BORTOLETTO HELENDER JUSTIÇA GRATUITA

Pelo presente Edital, torna pública a r. Sentença prolatada nos autos 000727-56.2025.8.16.0132 de AÇÃO DE INTERDIÇÃO proposta por DIRCE BORTOLETTO HELENDER, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF n. 005161619-03, portadora da RG-SSP-PR n.3.706.185-9, filha de João Bortoletto e Josefa Maria Bortoletto, residente e domiciliada à Rua João Albino Casali, n.977 Peabiru-PR, em face de JOAQUINE BORTOLETTO HELENDER, brasileira, solteira, com 31 anos de idade, sem profissão, portadora da RG-SSP-PR n.10.754.581-6 e inscrita no CPF n.067.991.139-19, residente e domiciliada no endereço da autora, em que seu dispositivo diz: " Diante do exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial para o fim de submeter Jaqueline Bortoletto Helender, relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil (art. 4º, III, CC), à curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida por sua genitora Dirce Bortoletto Helender, com fundamento no artigo 87 da Lei n.º 13.146/2015 e art. 1.750-A do Código Civil. Para a realização da curatela e, ante a excepcionalidade do que dispõe o artigo 85 da Lei nº 13.146/15, fica a curadora incumbida de realizar atos que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negociais; compras, vendas e trocas rotineiras; compras, vendas e trocas não rotineiras (bens móveis, imóveis, compras de maior valor mediante autorização judicial, com fulcro nos artigos 1.748, IV e 1.749, I e c/c 1.774, todos do CC); contratação e demissão de empregados; movimentação da conta bancária e operações mediante uso de cartão bancário ou cheque; representação perante o INSS; administração de bens; e gerenciamento de sua saúde. Tendo em vista que consta dos autos informações de que a curadora é genitora da curatelada, que vem exercendo seus cuidados há tempos, presumindo ser esta pessoa idônea diante da inexistência de dúvidas em sentido contrário, dispensa-se da prestação de contas e especialização da hipoteca legal, o que faz com fulcro no art. 1.774 c/c art. 1745, parágrafo único, ambos do Código Civil. CONFIRMO a liminar de concessão provida antes proferida. PROMOVAM-SE as anotações necessárias junto ao Registro Civil. Publiquem-se os editais, na forma do art. 755, §3º, do CPC. Em obediência ao disposto no §3º art. 755 do Código de Processo Civil, DETERMINO a inscrição desta no Registro Civil de Pessoas Naturais, e a publicação de edital 03 (três) vezes pelo órgão oficial. Após o assentamento civil da curatela, LAVRE-SE o termo de compromisso e INTIME-SE a curadora para prestar compromisso no prazo de 05 (cinco) dias, em obediência ao disposto no Código de Processo Civil. Custas pela parte autora. Caso seja beneficiária da justiça gratuita, os valores das custas processuais só poderão ser cobrados se houver modificação no seu estado econômico no prazo de até cinco anos contado da data desta sentença, nos termos do art. 98, § 3º do Código de Processo Civil. Considerando-se que a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a prestação assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita aos necessitados, assim considerados na forma da Lei (art. 1º da Lei Complementar 80/94 e 5º, LXXIV da Constituição Federal), e que a Defensoria Pública do Estado do Paraná não atende a presente comarca, faz-se necessária a nomeação de defensores distívos para suprir tal carência estatal, torna-se cabível, nos termos da Lei Estadual nº 18.664/2013, a condenação do Estado do Paraná ao pagamento de honorários em favor dos advogados nomeados para atuação dativa. Com efeito, CONDENO o Estado do Paraná a pagar ao Dr.

DIOGO AUGUSTO S. FEDVYCYK (OAB/PR n.º 49.967) honorários advocatícios, os quais fixe em R\$300,00 (trezentos reais) com fundamento no item 2.8 da Resolução Conjunta nº 06/2024 - PGE-SEFA, corrigidos monetariamente pelo INPC-IBGE a contar da data da presente decisão. A presente sentença serve como certidão de honorários advocatícios, conforme dispõe o artigo 663, §3º, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná, ficando dispensada a expedição de certidão pela Secretaria. Se houver apelação, intime-se a parte apelada para, querendo, apresentar contrarrazões em 15 (quinze) dias. Na hipótese de o apelado interpor apelação adesiva, intime-se a parte apelante para que apresente contrarrazões, caso queira. Após, considerando a extinção do juízo de admissibilidade em primeiro grau, encaminhe-se o feito ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (art. 1.010, §1º, 2º e 3º do Código de Processo Civil). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Translada em julgado a presente sentença e cumpridas integralmente as determinações dela decorrentes, intime-se as partes para eventual manifestação no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 461 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Decorrido o prazo sem manifestação e observado o recolhimento das custas processuais pela parte vencida, conforme artigo 458 do mesmo diploma normativo, certificando-se a inexistência de valores relativos a depósitos judiciais pendentes de levantamento e de restrições nos sistemas convertidos, procedam os autos ao arquivamento definitivo com remessa ao Ofício do Distribuidor para baixa e anotações necessárias, tudo em conformidade com os artigos 457 e 459 do Código de Normas do Foro Judicial. Diligências necessárias. Intimem-se. Peabiru, data e horário de inserção no sistema Marcos Antonio dos Santos Juz Substituto". Eu, Michele Patrícia de Bitencourt de Oliveira, Técnica Judiciária, o digitei.

Peabiru, 08 de maio de 2026. RITA LUCIMEIRE MACHADO PRESTES JUIZA DE DIREITO Assinado Digitalmente

GARAGEM VIRTUAL CLEAN CAR MOURÃO ESTÉTICA AUTOMOTIVA (44) 99714-9771 (44) 99831-8827 (44) 99714-9771 AV. JOÃO BENTO, 719 Esquina com a Rua Roberto Brzezinski

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET torna público que fará realizar Licitação sob modalidade PREGÃO ELETRÔNICO 020/2026 com as seguintes características:

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços veterinários destinados à execução do Programa Municipal de Controle Populacional Ético de Cães e Gatos, os quais deverão ser realizados por médico veterinário legalmente habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, em conformidade com as normas técnicas e resoluções do Conselho Federal e do Conselho Regional de Medicina Veterinária, compreendendo a realização de procedimentos de esterilização cirúrgica por meio de orquiectomia em machos e ovariossalpingo-histerectomia em fêmeas, com implantação obrigatória de microchip de identificação individual, incluindo avaliação clínica pré-operatória, procedimentos anestésicos, acompanhamento pósoperatório imediato, medicação, retirada de suturas, transporte dos animais e atendimento ambulatorial de baixa complexidade, bem como a aquisição de microchips padrão ISO 11784/11785 com aplicador e leitor universal compatível, destinados ao cumprimento da Lei Municipal nº 1.660/2025, conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência.

**FORMA DE JULGAMENTO:** Menor preço.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 08h00min de 13 de maio de 2026 até às 09h00min do dia 28 de maio de 2026.

**ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** das 09h00min às 10h00min do dia 28 de maio de 2026.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 10h00min do dia 28 de maio de 2026.

**AQUISIÇÃO DO EDITAL:** Está disponível no site [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br) e no sítio eletrônico do município desde 13/05/2026.

**INFORMAÇÕES:** 0800 542 1204.

Prefeitura Municipal de Mallet, 12/05/2026.

FELIPE ZOLONDEK  
PREGOEIRO OFICIAL

**JORNAL  
TRIBUNA  
DO  
INTERIOR  
LTDA:76748  
979000142**

Assinado digitalmente por JORNAL  
TRIBUNA DO INTERIOR  
LTDA:76748979000142  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=PR,  
L=Campo Mourão, OU=Secretaria  
da Receita Federal do Brasil - RFB,  
OU=RFB e-CNPJ A1, OU=  
29306556000192, OU=presencial,  
CN=JORNAL TRIBUNA DO  
INTERIOR LTDA:76748979000142  
Razão: Eu sou o autor deste  
documento  
Localização:  
Data: 2026.05.13 09:48:13-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0

# Edital nº 020/2026

Última atualização 12/05/2026



[Acessar Contratação](#)

**Local:** Mallet/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE MALLET **Unidade compradora:** 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET - PR

**Modalidade da contratação:** Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

**Modo de disputa:** Aberto **Registro de preço:** Não

**Fonte orçamentária:** Não informada

**Data de divulgação no PNCP:** 12/05/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

**Data de início de recebimento de propostas:** 13/05/2026 08:00 (horário de Brasília)

**Data fim de recebimento de propostas:** 28/05/2026 09:00 (horário de Brasília)

**Id contratação PNCP:** 75654566000136-1-000071/2026 **Fonte:** BLL Compras

## Objeto:

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços veterinários destinados à execução do Programa Municipal de Controle Populacional Ético de Cães e Gatos, destinados ao cumprimento da Lei Municipal nº 1.660/2025, conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA**

R\$ 77.526,76

**VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA**

R\$ 0,00

[Itens](#)

[Arquivos](#)

[Atas de Registro de Preço](#)

[Contratos/Empenhos](#)

[Histórico](#)

Número ↕

Descrição ↕

Quantidade ↕

Valor unitário

1	Prestação de serviços de avaliação clínica e orientação dos cuidados pré cirúrgicos (alimentação, jejum, higiene, etc); castração para cachorro macho de até 10 kg pela técnica de cirurgia de orquiectomia e implantação de microchip (feito de um microchip eletrônico EM 4305 - gravado em silício contendo um código numérico único - e uma mola que serve de antena. Envolto numa cápsula de biovidro cilíndrica feita de biovidro altamente resistente, biocompatível, que se fixam ao tecido animal impossibilitando sua migração - camada antimigratória Parylene C - pelo organismo. Seu tamanho é de aproximadamente 2,12 X 12 mm, por conseguinte perfeitamente tolerável pelo animal. Deverá atender às normas ISO 11784, ISO 11785 e NBR 4766 ou outras que as substituam, ser estéril, revestido de camada antimigratória e lido por leitor universal), através de procedimentos anestésicos realizados exclusivamente por médicos veterinários; acompanhamento pós-cirúrgico incluindo medicação antimicrobiana e analgésica, realização de curativos e retirada de pontos e/ou suturas da ferida cirúrgica, transporte do animal até a clínica e retorno até o município. CATSER: 30193	5	R\$ 296,17
2	Prestação de serviços de avaliação clínica e orientação dos cuidados pré cirúrgicos (alimentação, jejum, higiene, etc); castração para cachorro macho de 11 Kg até 20 kg pela técnica de cirurgia de orquiectomia e implantação de microchip (feito de um microchip eletrônico EM 4305 - gravado em silício contendo um código numérico único - e uma mola que serve de antena. Envolto numa cápsula de biovidro cilíndrica feita de biovidro altamente resistente, biocompatível, que se fixam ao tecido animal impossibilitando sua migração - camada antimigratória Parylene C - pelo organismo. Seu tamanho é de aproximadamente 2,12 X 12 mm, por conseguinte perfeitamente tolerável pelo animal. Deverá atender às normas ISO 11784, ISO 11785 e NBR 4766 ou outras que as substituam, ser estéril, revestido de camada antimigratória e lido por leitor universal), através de procedimentos anestésicos realizados exclusivamente por médicos veterinários; acompanhamento pós-cirúrgico incluindo medicação antimicrobiana e analgésica, realização de curativos e retirada de pontos e/ou suturas da ferida cirúrgica, transporte do animal até a clínica e retorno até o município. CATSER: 30193	10	R\$ 373,21
3	Prestação de serviços de avaliação clínica e orientação dos cuidados pré cirúrgicos (alimentação, jejum, higiene, etc); castração para cachorro macho de 21 Kg até 30 kg pela técnica de cirurgia de orquiectomia e implantação de microchip (feito de um microchip eletrônico EM 4305 - gravado em silício contendo um código numérico único - e uma mola que serve de antena. Envolto numa cápsula de biovidro cilíndrica feita de biovidro altamente resistente, biocompatível, que se fixam ao tecido animal impossibilitando sua migração - camada antimigratória Parylene C - pelo organismo. Seu tamanho é de aproximadamente 2,12 X 12 mm, por conseguinte perfeitamente tolerável pelo animal. Deverá atender às normas ISO 11784, ISO 11785 e NBR 4766 ou outras que as substituam, ser estéril, revestido de camada antimigratória e lido por leitor universal), através de procedimentos anestésicos realizados exclusivamente por médicos veterinários; acompanhamento pós-cirúrgico incluindo medicação antimicrobiana e analgésica, realização de curativos e retirada de pontos e/ou suturas da ferida cirúrgica, transporte do animal até a clínica e retorno até o município. CATSER: 30193	10	R\$ 507,78
4	Prestação de serviços de avaliação clínica e orientação dos cuidados pré cirúrgicos (alimentação, jejum, higiene, etc); castração para cachorro macho acima de 31 Kg pela técnica de cirurgia de orquiectomia e implantação de microchip (feito de um microchip eletrônico EM 4305 - gravado em silício contendo um código numérico único - e uma mola que serve de antena. Envolto numa cápsula de biovidro cilíndrica feita de biovidro altamente resistente, biocompatível, que se fixam ao tecido animal impossibilitando sua	5	R\$ 462,66

migração - camada antimigratória Parylene C - pelo organismo. Seu tamanho é de aproximadamente 2,12 X 12 mm, por conseguinte perfeitamente tolerável pelo animal. Deverá atender às normas ISO 11784, ISO 11785 e NBR 4766 ou outras que as substituam, ser estéril, revestido de camada antimigratória e lido por leitor universal), através de procedimentos anestésicos realizados exclusivamente por médicos veterinários; acompanhamento pós-cirúrgico incluindo medicação antimicrobiana e analgésica, realização de curativos e retirada de pontos e/ou suturas da ferida cirúrgica, transporte do animal até a clínica e retorno até o município. CATSER: 30193

5	Prestação de serviços de avaliação clínica e orientação dos cuidados pré cirúrgicos (alimentação, jejum, higiene, etc); castração para cadela fêmea de até 10 kg, pela técnica de cirurgia de ováriosalpingo-histerectomia e implantação de microchip (feito de um microchip eletrônico EM 4305 - gravado em silício contendo um código numérico único - e uma mola que serve de antena. Envoltos numa cápsula de biovidro cilíndrica feita de biovidro altamente resistente, biocompatível, que se fixam ao tecido animal impossibilitando sua migração - camada antimigratória Parylene C - pelo organismo. Seu tamanho é de aproximadamente 2,12 X 12 mm, por conseguinte perfeitamente tolerável pelo animal. Deverá atender às normas ISO 11784, ISO 11785 e NBR 4766 ou outras que as substituam, ser estéril, revestido de camada antimigratória e lido por leitor universal), através de procedimentos anestésicos realizados exclusivamente por médicos veterinários; acompanhamento pós-cirúrgico incluindo medicação antimicrobiana e analgésica, realização de curativos e retirada de pontos e/ou suturas da ferida cirúrgica, transporte do animal até a clínica e retorno até o município. CATSER: 30193	20	R\$ 389,38
---	---	----	------------

Exibir:  1-5 de 13 itens

Página:  < >

[< Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ 0800 978 9001

#### AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS





---

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

